



# ATA

Sessão Ordinária de Abril – 28ABR2023 (1.ª reunião)  
N.º 17/2021-2025

## Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,  
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt  
www.cm-ilhavo.pt  
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, a Assembleia Municipal de Ílhavo reuniu em Sessão Ordinária, no Salão Nobre dos Paços do Município, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos, secretariada pelo Primeiro Secretário, Pedro José Catarino Senos Troia, e pela Segunda Secretária, Irene Maria Ribau Esteves Tavares, contando com a presença dos seguintes Membros, diretamente eleitos: pelo Grupo Municipal do **Partido Social Democrata**, Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário; António José Flor Agostinho; André Filipe Casqueira Guimarães; pelo Grupo Municipal do Movimento Independente de Cidadãos '**Unir Para Fazer**', José Manuel Figueiredo Pinto Reis; Ana Raquel Gomes São Marcos Simões; Pedro Miguel Cristo Graça; Ernesto Manuel Vidal Garrelhas; Cláudia Cristina Fernandes Reigota; pelo Grupo Municipal do **Partido Socialista**, Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo; António Pedro Oliveira Martins; Diana Catarina Anastácio Gandarinho; Domingos Manuel Ferreira Vilarinho; e pelo Grupo Municipal do Partido **CHEGA**, Sérgio Louro.

Estiveram igualmente presentes os seguintes Membros por inerência de função enquanto **Presidentes de Junta de Freguesia**: Luis Carlos Cardoso Diamantino (Freguesia da Gafanha do Carmo), Augusto Manuel da Rocha da Silva (Freguesia da Gafanha da Encarnação), Carlos António das Neves Rocha (Freguesia da Gafanha da Nazaré) e João Eduardo Bonito Braga (Freguesia de São Salvador).

Pela **Câmara Municipal de Ílhavo** estiveram presentes o Presidente da Câmara, João António Filipe Campolargo, o Vice-presidente, João Diogo da Silva Semedo; e os Vereadores, Assunção Mariana Carlos Ramos, Maria de Fátima Fragoso Teles, Paulo Sérgio Ferreira Nunes, Tiago Manuel Morais Lourenço e Sérgio Manuel de Jesus Lopes.

Justificadas as respetivas faltas pelo Presidente da Assembleia Municipal: o Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer', a eleita Daniela Ribeiro Alegria foi substituída pelo segundo sucedâneo da lista Rui Manuel da Rocha Rufino. No Grupo Municipal do PS, o eleito Manuel Modesto dos Santos foi substituído pelo sexto sucedâneo da lista, Gabriel de Almeida Fernandes, confirmadas e justificadas as ausências dos sucedâneos Carla Maria Madaíl Gandra Santos, Mariana Avelos Silva, Alfredo Joaquim Alves de Sousa, Sónia Alexandra Fernandes Gomes e Miguel Ângelo Teixeira Andrade.

Os trabalhos desta Sessão Ordinária repartiram-se pelos seguintes pontos da Ordem do Dia:

Ponto 1. "**Descentralização: Auto de transferência de competências na área da Saúde**". Ato deliberativo: tomar conhecimento.

Ponto 2. "**Mapa de Pessoal 2023: 1.ª alteração**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 3. "**2ª Revisão ao Orçamento e GOP 2023**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 4. "**Oferta Pública de Aquisição de Imóveis para Implementação de projetos no âmbito do investimento RE-C02-i01 - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação. Aviso de publicitação n.º 01/C02-i01/2021-Componente 02 - Habitação**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 5. "**Apreciação do Relatório de Gestão e Prestação de Contas de 2022**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 6. "**Aplicação dos resultados de 2022**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 7. "**Mapa dos compromissos plurianuais assumidos no 2.º semestre de 2022 para a locação ou aquisição de bens móveis e aquisição de serviços**". Ato deliberativo: tomar conhecimento.

Ponto 8. "**Comunicação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal, de 01JAN2023 a 15MAR2023**". Ato deliberativo: apreciação.

Ponto 9. "**Projeto do Regulamento Prémio Municipal de Arquitetura de Ílhavo**". Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 10. **"Abertura de procedimento para Atribuição do Direito de Utilização Privativa do Domínio Público do Município de Ílhavo para a Instalação, Manutenção e Exploração de Pontos de Carregamento de Veículos Elétricos"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 11. **"Compromisso plurianual para Locação de duas viaturas elétricas (ligeiro de passageiros) e uma viatura elétrica (ligeiro de mercadorias), em regime de Aluguer Operacional de Viaturas (AOV) e respetivos serviços associados"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 12. **"Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia para o ano de 2023"**. Ato deliberativo: aprovação.

Ponto 13. **"Relatório de avaliação da observância do Estatuto do Direito de Oposição no ano de 2022"**. Ato deliberativo: apreciação.

(As intervenções, nos termos regimentais, têm como suporte a gravação vídeo)

As 21h00, o Presidente da Mesa declarou aberta a Sessão.

### **Presenças / Quórum**

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (04':34")

«Minhas Senhoras e meus Senhores. Senhor Presidente da Câmara. Restante Executivo. Digníssimos membros desta Assembleia Municipal. Público aqui presente. Comunicação social e todos os que nos acompanham através da nossa transmissão. Boa noite.

Dou, então, assim como iniciada a. Sessão Ordinária de Abril. E começo por pedir a minha segunda Secretária para fazer a chamada.»

As presenças estão registadas em mapa anexo à presente ata. (05':05")

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (06':38")

«Muito bem. Muito obrigado.

De acordo com o número 4, do artigo 77 da lei 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, a suspensão que, por uma só vez ou cumulativamente, ultrapasse 365 dias no decurso do mandato, constituirá, do pleno direito, renúncia ao mesmo, salvo se, no primeiro dia útil seguinte ao termo daquele prazo, o interessado manifestar por escrito a vontade de retomar funções.

Ora a 22 de fevereiro e a 27 de abril de 2022, o eleito Pedro Labrincha da Rosa Novo comunicou à Mesa da Assembleia Municipal a suspensão do seu mandato por 2 períodos de 30 dias, respetivamente, e que foram cumpridos. A 14 de junho de 2022, o eleito solicitou nova suspensão de mandato, apreciada em sede de Assembleia Municipal, na sessão ordinária de junho, por um período de 305 dias, a contar a partir do dia 16 de junho de 2022 e término a 15 de abril de 2023. Assim sendo, as três suspensões do mandato perfizeram o limite de 365 dias de suspensão, cumulativamente, legalmente permitidos. Sendo o dia útil seguinte, que o diploma legal termina, o dia 17 de abril, o Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal constatou, e disso deu nota ao Presidente da Assembleia Municipal, que dentro dos prazos determinados não foi rececionada qualquer manifestação de interesse, nem na continuidade das funções, nem à renúncia do mandato, o que resulta, tão somente, na perda do seu mandato autárquico como eleito para a Assembleia Municipal de Ílhavo, no período legislativo 2021-2025.

Deste facto, foi dado conhecimento ao próprio, via carta registada com aviso de receção e por e-mail, e será igualmente participado o facto à Comissão Nacional de Eleições e ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo para posterior comunicação à Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna.

Neste sentido, dou posse efetiva a Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves como eleita e integrante do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, como primeira sucedânea na lista de candidatura às eleições de setembro de 2021.

Do mesmo modo, Sara Marina Tomé Fernandes, do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, passa a primeira sucedânea da referida lista e substitui Hugo Filipe Casqueira Coelho, enquanto decorre o período de suspensão de mandato por 365 dias, iniciado a 25 de novembro de 2022.

E, portanto, peço agora a segunda Secretária que confirme as presenças referidas.»

**2.ª Secretária da Mesa, Irene Ribau Tavares:** (09':43")

«Teresa Margarida Feraz Alves, presente. Sara Marina Tomé Fernandes, presente.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (09':54")

«A Mesa recebeu, hoje, através do Núcleo de Apoio à Assembleia, um pedido de suspensão de mandato por 365 dias, enquadrado no artigo 77 da lei 169/99, de 8 de setembro. De acordo com o número 2 do articulado referido, o pedido de suspensão devidamente fundamentado deve indicar o período de tempo abrangido e é enviado ao Presidente e apreciado pelo Plenário do Órgão na reunião imediata à sua apresentação. O que é o caso.

Assim, deixou à apreciação e ao conhecimento do Plenário o pedido de suspensão de mandato por 365 dias, a contar da data de hoje, 28 de abril, e válido até 27 de abril de 2024, do eleito João Pedro Ribau Casqueira, do Grupo Municipal do Movimento de Cidadãos 'Unir Para Fazer'.

Pergunto se alguém que queira fazer alguma consideração sobre este assunto. Muito bem. Assim, a primeira sucedânea Mariana da Silva Lopes, do Movimento 'Unir Para Fazer', passa a substituir João Pedro Ribau Casqueira, enquanto vigorar a referida suspensão de mandato. Peço agora, por favor, à segunda Secretária que confirma a presença da Mariana da Silva Lopes.»

**2.ª Secretária da Mesa, Irene Ribau Tavares:** (11':08")

«Mariana Silva Lopes, presente.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (11':15")

«Antes de passarmos a aprovação das atas da sessão de fevereiro, em nome da Mesa da Assembleia e do próprio Plenário, gostaria de apresentar aos nossos Municípios e à Comunicação Social um pedido de desculpas pela falha técnica verificada na Sessão Extraordinária do 25 de Abril e que prejudicou a qualidade da transmissão streaming. Entretanto, penso que o nosso Núcleo de Apoio, juntamente com a equipa técnica do 23 Milhas, da Câmara Municipal, e com a empresa prestadora de serviços, já terão corrigido anomalia, apesar de desconhecidas as causas que provocaram tal falha técnica.

Portanto, esperamos poder continuar a assegurar a qualidade desta iniciativa, tal como tinha acontecido, por exemplo, nas sessões de dezembro e fevereiro últimos.»

## **Aprovação das Atas**

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (11':58")

«Passo agora então para a aprovação das Atas número 14 e 15.

Vamos proceder à aprovação das Atas 14 e 15 referentes às duas reuniões da Sessão Ordinária de Fevereiro. Dou nota, para que não haja qualquer conflitualidade legal e processual, que apenas se devem pronunciar os Membros da Assembleia que estiveram presentes nas respetivas reuniões.

Portanto, coloco a Ata número 14, referente à reunião de 10 de fevereiro de 2023, a aprovação. Quem vota contra? Quem se abstém? Portanto, a Ata número 14, referente à reunião de reunião de 10 de fevereiro de 2023, foi **aprovada por unanimidade**.

Agora a ata número 15 da reunião de 17 de fevereiro de 2023. Quem vota contra? Quem se abstém? Muito bem, a Ata número 15, da reunião de 17 de fevereiro, foi **aprovada por unanimidade**.»

## **Expediente**

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (13':03")

«Agora, relativamente ao expediente, os serviços de apoio à Assembleia Municipal rececionaram, entre novembro e a presente data, a seguinte correspondência que se encontra disponível para consulta junto do nosso Núcleo de Apoio:

- informação variada sobre o Poder Local e Eleitos Locais e ações de formação remetida ou promovida pela ANAM e pelo CVEL, e distribuída pelos membros da Assembleia;

- convites dirigidos ao Presidente da Mesa da Assembleia para representação protocolar da Assembleia Municipal, do Executivo Municipal, de várias associações e de identidades públicas, aceites dentro da disponibilidade possível;
- uma brochura sobre o papel do Revisor Oficial de Contas no Município e a sua utilidade para os eleitos locais, de Pedro Santos, e publicado pela ValorGlocal para ANAM;
- parecer da ANAM sobre a Sessão Extraordinária Evocativa do 25 de Abril de 1974;
- o relatório final da auditoria às contas e gestão de 2022, do Revisor Oficial de Contas;
- e o Relatório de Gestão e Contas de 2022 da Associação de Municípios do Carvoeiro-Vouga.

Aproveitando a referência ao expediente, quero apenas terminar dando nota que a Mesa da Assembleia realizou a reunião prevista com as Diretoras dos Agrupamentos de Escolas e com os 2 alunos Secretários da Mesa da Assembleia Municipal Jovem, para o balanço da primeira sessão da Assembleia Municipal Jovem. Ficou determinado que a segunda sessão terá lugar dia 7 de junho e que para a primeira sessão do próximo ano letivo, que deverá ocorrer em dezembro deste ano, serão afinados alguns pormenores do Regimento e da estrutura das sessões, de forma a permitir uma maior interação entre os alunos deputados, representantes dos agrupamentos de escolas.»

## **Período de Intervenção do Público**

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (14':50")

«Vamos, então agora passar ao período de intervenção do Público. Alguma pessoa do público aqui presente que queira intervir? Muito bem, temos quatro inscrições. Deixo ao vosso critério a ordem de intervenção.

Mas antes de se dirigirem ao púlpito, porque as intervenções têm que ser feitas aqui no púlpito, lembrar que este período tem um limite de 5 minutos, no máximo, de intervenção. Solicita-se que a mesma se centre sobre assuntos diretamente relacionados com a vida municipal e que seja apresentada de forma mais sucinta possível.

Além disso, no âmbito da transmissão em direto e por força do Regulamento Geral de Proteção de Dados, é importante, para defesa de todos, que tenha sido dado consentimento formal através do preenchimento do impresso anexo ao Regulamento das Transmissões para a respetiva difusão da imagem, que será entregue pelo nosso Núcleo de Apoio. Portanto, convido o primeiro cidadão, por favor.

Antes de começar, peço que diga o seu nome. Muito bem, Ana Rocha, pode começar, obrigado.»

### **Do Público**

**Município, Ana Rocha:** (16':56")

«Então eu dirijo-me aqui à Assembleia. Sou moradora na Praia da Barra. Neste momento, vejo que nós somos um ponto de acolhimento de muitas pessoas, chegada de muitas pessoas que, por vezes, são em número muito grande e, sobretudo, uma chegada importante de pessoas que não são portuguesas e que não estão a par das leis de convivência na praia. Sobretudo, a preocupação que me traz aqui, sobre a utilização de colunas de som de grande volume e de aglomerados na praia que têm hábitos relacionados com álcool, que deixam a praia cheia de latas de lixo, de bebidas alcoólicas, e com comportamentos, que também se verificam noutras praias, de aglomerados de jovens que têm comportamentos difíceis de integrar dentro de uma comunidade que está habituada a ter regras e que está habituada a ter os seus locais limpos e com pessoas que se tratam de forma cordial.

O que eu penso é que poderíamos, eventualmente, fazer uma campanha de sensibilização para que as pessoas que chegam à Praia da Barra saibam quais são as regras que nós devemos cumprir quando frequentamos a praia. E para isso acho que podemos utilizar voluntariado, no caso não existirem pessoas, por exemplo, polícias suficientes, que muitas das vezes são as queixas de onde nós moramos, para podermos, por exemplo, distribuir editais da praia para que as pessoas tenham conhecimento. Porque quando nós as abordamos e explicamos que aqui não é permite elas não sabem. Efetivamente, não sabem. Elas estão a fazer aquilo porque não têm conhecimento. Então penso que poderíamos fazer qualquer coisa, como cidadãos, para podermos acolher estas pessoas, com qualidade, e mantermos a cordialidade entre os nossos vizinhos. Obrigada.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (19':23'')

«Obrigado, Ana Rocha. Agora o próximo munícipe, por favor.»

### **Do Público**

**Munícipe, Fernando Paiva:** (16':56'')

«Fernando Jorge Paiva, sou ativista do movimento 'Não lixes'. Boa noite a todos. Queria começar por pontos positivos.

O facto do Executivo da Câmara ter parado com a limpeza dos passadiços. Este é um tema muito sensível, há pessoas que ainda não perceberam a dinâmica e a gravidade do ponto sensível onde nós vivemos. A Praia da Barra é um sítio da Europa - isto são dados científicos - onde a erosão costeira está a ser mais grave. A areia está toda nas barragens, ninguém vai buscar e nós qualquer dia vamos ter um problema gigantesco em mãos que ninguém quer lidar que são os desalojados ambientais.

E eu pergunto a todos, não estou aqui a pôr culpas a ninguém, porque também ando com água na torneira e também uso eletricidade. Mas eu pergunto a todos como é que nós vamos dar dinheiro às pessoas e dizê-las pelas saírem dali? Isto é um problema que vai acontecer no futuro e que nós vimos, agora, na praia dos Três Picos, que é entre a Barra e a Costa Nova, quando o mar chegou e levou os passadiços.

E queria dar os parabéns ao Executivo por causa das redes dos pescadores, que sempre foi um problema gravíssimo que nós tivemos dada a proximidade da costa, que é um quarto milha, e que muitas vezes não é cumprido, por variadíssimas razões e por avidez que nós temos de fazer mais dinheiro a qualquer custo. Pela primeira vez, como praticante de surf, vejo que eles estão a cumprir o que está na lei, o que me deixa muito contente.

O terceiro ponto que eu queria dar os parabéns era sobre a Ponte da Barra, e que eu, como ativista, alertei, falei com a comunicação social sobre isto, que era uma aberração, permitam-me o desabafo e, às vezes, utilizar palavras fortes. Mas hoje é um dia, para mim, que estou super contente porque a concessionária viu que, por teimosia de deixar aqueles blocos de plástico, aquilo não fazia sentido. A partir do dia de hoje foram retirados. As obras são super importantes para a manutenção e prolongamento da vida útil da Ponte, mas o transtorno que nos estava a causar, a mim que sou habitante da Praia da Barra, era gigantesco. Há relatos de 3 horas de fila de espera, sem necessidade nenhuma.

Queria agora pedir só coisas que eu acho que são simples, mas às vezes parecem de difícil execução. Como disse a Ana, a Praia da Barra está com uma quantidade gigantesca de pessoas e nós não temos policiamento a pé para fazer cumprir as regras. Sempre que eu falo com as autoridades, a carta da falta de elementos aparece sempre. Nós tivemos agora a corrida Europa e eu vi que o exército ajudou, o exército está aqui tão perto, ajudou a patrulhar as ruas para que a corrida fosse feita em segurança. E eu pedia a quem poderá ter poder sobre esta matéria para pedir ajuda a uma força que está parada, que está ali ao nosso lado - graças a Deus que está parada porque eu não sou a favor de guerras - e que nos podia ajudar a ter um patrulhamento eficaz para controlar os ânimos das pessoas. No Verão vão ser muitas pessoas aqui, na praia.

Pedia também uma coisa muito simples. Nós utilizamos na Praia da Barra o Verão, principalmente os comerciantes, para expor os seus artigos nos passeios, fazendo com que a maior parte das pessoas tenha que ir para a ciclovia porque os passeios de algumas superfícies comerciais estão completamente assoberbados de carga e de material para ser vendido. E eu pedia que houvesse alguma fiscalização nesse sentido para que não houvesse acidentes, ou outra coisa, devido a diversos fatores e que poderão ter a ver com árvores - e, por favor, não mexam nas árvores que nós estamos em emergência climática. Parece que a maior parte de nós acho que não temos emergência climática nenhuma. Nós precisamos de árvores a todo o custo e que não que as cortem, que não mexam nelas - mas o pavimento dessas ciclovias está desnivelado e devia ser acertado porque eu já assisti a várias pessoas que caíram e que andavam de skate e caíram também.

Portanto, hoje é um dia como ativista que eu estou muito contente e gostei de vir partilhar isso com todos. Muito obrigado.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (24':30'')

«Muito obrigado, Fernando Paiva. O próximo munícipe, por favor.»

## **Do Público**

**Munícipe, Horácio Melo:** (25':12")

«Boa noite a todos. Em primeiro queria felicitar esta Mesa da Assembleia, felicitá-la pelo bom trabalho que tem feito ao longo deste tempo. Eu para mim já chamo uma Assembleia em movimento, não para, continua a trabalhar e bem.

Segundo queria dar os parabéns à doutora Irene Ribau por ter - eu ouvi, se for mentira, peço imensa desculpa, ouvi de raspão na TSF - uma sobrinha médica, recentemente médica, que esteve nos campos de concentração das crianças e com pessoas. Desde já, dou-lhe os parabéns e que dê os parabéns também a sua sobrinha. É bonito, é lindo nós, hoje, também termos esta parte humana que muitas vezes supera o nosso dinheiro. Obrigado por tudo que tem feito e dê parabéns a sua sobrinha que é Ana Rita Ribau Esteves.

E agora voltando aos pontos que interessam para mim.

Começaria logo pela Ponte da Barra. Muito oiço falar na Ponte da Barra e no fim de semana já vão ver as quatro faixas desimpedidas. Eu pergunto, e a ciclovia? Só existe uma ciclovia. Quem lá anda como eu, numa ciclovia onde passam lá pessoas a pé, pessoas de bicicleta, pessoas com aquelas motorizadas elétricas, pessoas com a cadeirinha de rodas. Eu pergunto, como é que é possível andar-se numa via tão estreita. Ninguém liga nada àquela ciclovia, ninguém. Só ligam o trânsito porque houve muitas horas de espera dentro da Barra? Mas e as pessoas que andam a pé? Antes de chegar à Ponte tem lá uma lota tão grande onde se pode ir pôr os carros. E depois as pessoas que passem a pé, também não faz nenhum mal a ninguém.

Portanto, é bom que as Infraestruturas de Portugal também comecem a reparar em quem anda lá na bicicleta, quem anda a pé e de quem vem das praias para cá a seguir à ciclovia e entra nos bonecos, nuns bonecozinhos que lá tem e que começam a afunilar tal ordem que as pessoas têm que ir para a estrada, para poderem passar outras. E muitas vezes batem com o pedal naqueles mecozinhos. Um, uma vez, já lá caiu, sujeito a passar um carro e matá-lo. Aí, quando acontecer um caso desses, vai aparecer a Proteção Civil, vão aparecer os bombeiros, vai aparecer tudo e mais alguma coisa. O que é certo é que já aconteceu. Eu chamo aqui a atenção, não só das Infraestruturas de Portugal, mas à Câmara municipal de Ílhavo, já fiz um protesto à Brigada de Trânsito, conversei com eles lá, dão-me razão, mas nada podem fazer. À ASCENDI também já fiz o meu protesto, ao qual me dão razão mais nada podem fazer. E fico só com aquela razão e não fico com mais nada. Naturalmente que acredito que as quatro vias que são desimpedidas, acredito nisso, mas as pessoas também são pessoas que passam ali e gostam de fazer o seu exercício físico, passam ali todos os dias.

De seguida gostava também de falar da Gafanha da Encarnação. Na Rua dos Migueis e na Rua da Costa Nova, há pouco tempo, houve uma prova de ciclismo com muito ciclistas mesmo, mas mesmo muito ciclistas. Na curva daquela Rua dos Migueis, aquilo já está há meses e meses e meses num estado calamitoso. É vergonhoso, diria mesmo vergonhoso. Eu e a GNR tivemos que lá estar a dizer aos ciclistas para praticamente pararem e passar a pé, porque aquilo é vergonhoso à frente. Quem vira para a Rua da Costa Nova, uma sarjeta já está ao nível de piso. As outras sarjetas, à frente, a sarjeta está lá em baixo e o piso alcatroado está cá em cima. Uma pessoa qualquer que passe parte-se lá toda e fica lá.

Depois também gostava, mais uma vez, de chamar a atenção para a Rua do Santuário. Foi toda muito linda e é mais isso que me faz cá vir. A Rua do Santuário, que é uma rua nova, que foi feita, que se gastou dinheiro, e que, pura e simplesmente, puseram lá um edital e que fizeram assim: "amanhã vai sair dada herbicida". Os vossos animais de estimação guardai-os, como aquela zona tenha muitos animais sem ser de estimação. Mas os animais que não são de estimação é como as pessoas sem abrigo, como é óbvio, podem morrer à vontade. Pois, foi feito, ficou muito linda... vão lá hoje ver. Os senhores antes de vir para aqui deviam passar pelos vossos locais, pelos vossos zonas e ver com os vossos olhos. Não é só chegar aqui e dizer o que se quer. É preciso andar a ver essas situações. Aquilo é vergonhoso e não meto em causa aqui, nem meto a culpa à Câmara Municipal de Ílhavo. Meto a culpa ao empreiteiro que fez aquele estado e que deve ser salvaguardado, não deve ser paga a caução enquanto não for reposta a verdade naquela estrada.

Na Rua das Cancelas também gostaria de saber se as crianças vão ter, no próximo ano letivo, direito a ter os passeios. Penso que aquela estrada em nada vai ser revolucionada, até porque já lá tem o lancil. Penso eu que os passeios vão ser em pavê. As ruas, vai ser outra vez sarjetas e as águas ali. Penso que devemos ir ao Concelho aqui ao nosso lado e ver o que é, hoje, uma estrada nova, sem problemas de águas, de escoamento de águas, sem problemas de pavê para crescer ervas.

No fim, gostava também de saber, porque as pessoas todos os dias me vêm dizer, sobre o Esteiro da Malhada. Para quando a luz no Esteiro da Malhada?! Praticamente ficou tudo certo com o engenheiro Caçoilo, Presidente, quando falei com ele, estava praticamente tudo certo. E por fim, para acabar, só mais um segundo, o antigo Salão de Cinema conhecido por Texas é da Câmara Municipal de Ílhavo. Nunca nada foi feito. É uma obra de arte que lá está. É uma parte arquitetónica que é uma coisa lindíssima, que se podia lá fazer uma obra lindíssima. Na altura, Ribau Esteves entregou aquilo ao Chio-Pó-Pó, entretanto falecido o João Carvalho dos Santos acabou e tudo acabou, ofereceu uma sala para que eles pudessem continuar a trabalhar. Obrigado e desculpem alguma coisa. Tinha mais coisas, mas não dá.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (30':50")

«Ora essa. Obrigado. Chamo, agora, a quarta participação. Peça que se identifique.»

### **Do Público**

**Munícipe, António Carlos Silva:** (31':42")

«Antes de mais, queria cumprimentar a Mesa e os restantes membros da Assembleia. E a todas as pessoas que nos veem.

O assunto que me traz aqui, hoje, é, mais uma vez, porque não vale a pena trazer outros assuntos para fazer um pouco de montinho e fazer uma pirâmide de exposições e, depois, isso daí nada resultar em positivo.

Aquilo que eu fiz aqui, em últimas intervenções, foi, de facto, sobretudo, a questão do estacionamento subterrâneo aqui do edifício cultural.

E eu chamava a atenção do Senhor Presidente da Mesa para o facto de se eu alertei, e se eu, entre aspas, denunciei, que seja a Assembleia a tomar posição. Isto é, se Assembleia fiscaliza a Câmara, então atue e demonstre-nos que fiscaliza. Como viram, a questão do funcionamento do elevador, até prova em contrário, não era uma questão jurídica, nem estava atrasada por causa de uma questão jurídica. Salvo alguma coisa que eu não saiba, provou-se, pela realidade que não era. Medo?! Sim... a Câmara tem medo. Temos gente medrosa à frente da Câmara. A realidade está no terreno. Eu não tenho que inventar nada. São as pessoas que falam. Eu, apenas estou aqui a constatar.

E, portanto, neste sentido, porque o elevador está a funcionar, mas com duas falhas técnicas muito importantes na sua atualidade, tanto no funcionamento, como na chamada de acesso ao Parque de Estacionamento, eu deixo, por agora, a questão do elevador do Parque, que me congratulo que finalmente funcione passados 15, 16, 17 anos, não sei, finalmente funciona. E não vou bater palmas a ninguém por pô-lo a funcionar, apenas fizeram o seu dever. Os senhores, estão aqui a testemunhar que aqui tem que ser feito o dever de cada um. São eleitos em primeiro lugar para defender os ilhavenses e, portanto, defendam-nos com práticas.

A questão seguinte é a questão do parque de estacionamento ou dos lugares de estacionamento que se encontram na rua do antigo mercado. Já chamei aqui a atenção, já vi a inércia, já constatei a inércia. Não sei porquê, ninguém se quer mexer. E eu venho outra vez a esta Assembleia, publicamente, dizer que consultei por duas vezes o contrato de concessão. E eu, como não sou jurista não posso afirmar, mas como leigo não li que aquele espaço de estacionamento esteja de acordo com a prática. Isto é, a empresa Ilhapark. explora o local e o contrato não é mencionado, tanto na parte do contrato escrita, como na parte do contrato mapa autenticado. Portanto, meus Senhores, quem é que está a falhar aqui? São todos os ilhavenses? Então, mas eles eram gente para os defender. Portanto, eu aqui apelo à Mesa para poder fazer algo no sentido de que este assunto não continue um pouco assim à margem, como andou um bocadinho o elevador. Obrigado. Por agora tudo e boa continuação. Boa noite.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (35':47")

«Muito obrigado. Eu dava a palavra ao senhor Presidente da Câmara.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (24':39'')

«Muito obrigado, senhor Presidente. Aproveito para cumprimentá-lo, e, na sua pessoa, cumprimentar todos os autarcas, cumprimentar a comunicação social e todos aqueles que estão lá em casa. E o público que também se dirigiu até esta Assembleia.

Farei umas notas, umas referências muito simples sobre aquilo que a Ana, o Fernando, o sr. Melo e o sr. Silva fizeram referência nesta noite, aqui na Assembleia.

Relativamente a algumas referências sobre a Praia da Barra, julgo que a Polícia Marítima está mais que alertada para esses problemas. Normalmente são pessoas da América do Sul que tem vindo a trazer essas colunas, por alguns hábitos e algumas rotinas que têm. E têm sido advertidos pelas autoridades. Pelo menos o ano passado tivemos esta referência em alguns placares de identificação na entrada da praia. Pode verificar que há alguns editais que proibem essa mesma utilização desses equipamentos. Estiveram lá esses editais, mas farei uma revisão desses documentos.

E conto, então, com essa sensibilização boca a boca, com essa sensibilização pessoal. Conhecendo também a parte voluntária do Fernando e agora também a sua, penso que podemos fazer um trabalho sobre essa matéria. Portanto, o Executivo Municipal mostra aqui solidariedade com vocês e estamos disponíveis para receber qualquer informação via e-mail, ou outra via que entendam, para nós podermos dar a melhor resposta.

Relativamente ao Fernando, fico contente por esta observação atenta sobre o evoluir da nossa orla costeira, que é uma situação dinâmica. Portanto, nós não podemos pensar que aquilo é estático, é dinâmico. Aquilo que aconteceu foi visto por mim, minuto a minuto, e foram sensibilizadas as autoridades todas para o problema que estava a acontecer. Hoje aconteceu ali, mas em breve irá conhecer um relatório. Posso lhe já adiantar, não sei se será a 14 de junho, se vou adiar ainda essa data, sobre esse equilíbrio dinâmico que nós precisamos na nossa Costa e as referências que vão desde os três picos até mais a Sul e os problemas que vamos ter aqui. Como sabe, foi feito um esporão aderente, recentemente, na última Rua da Costa Nova, porque é uma zona também de grande risco e, portanto, já lá está o esporão aderente. Possivelmente outros terão de ser criados, mas deixamos isso para os técnicos da Agência Portuguesa do Ambiente.

Dando-lhe também a resposta relativamente aos passadiços, são eles que vão repor, novamente, o passadiço. Os traçados dos passadiços foram feitos por eles. Tivemos um trabalho ano passado consigo, já tivemos este ano também uma conversa consigo sobre essa matéria. Espero continuar a conversar com vocês. Não tenho vontade nenhuma de tirar a areia dos passadiços. Tenho, sim, de criar novos trajetos para os passadiços se quisermos que eles sejam utilizados por todas as pessoas. Esta é a nossa vontade.

Temos também, com o Exército Português, neste momento, um diálogo para que se tivermos que fazer algumas movimentações de areia, principalmente na Costa Nova, na Praia Velha, sejam eles a fazer esse trabalho connosco. Se tivermos também de atuar teremos sempre a sua companhia nas reuniões e também um compromisso que criámos com a Quercus. E, portanto, faremos esse trabalho. Não queremos estar sós neste caminho. Foram as pessoas comuns, pessoas como você que nos trouxeram até aqui e, portanto, vamos continuar neste caminho. E vamos fazer isso.

Relativamente aos vendedores, relativamente ao policiamento a pé, gostava de lhe dar esta nota. Tem havido sempre, todos os anos, um reforço daquilo que são os militares no nosso Posto da GNR da Gafanha da Nazaré. Já está pedido, penso que - não sei se o sr. Presidente da Junta me pode confirmar isso, mas também ofereceu 2 bicicletas - há 2 bicicletas também para que esse policiamento se faça de uma forma mais fácil na zona da Barra. Evidentemente que poderão ir à Costa Nova, porque o Posto é o mesmo. Temos também, normalmente, a presença da Cavalaria. Portanto, elementos da Cavalaria da GNR que, se houver cedência, nós temos cavaliarias no nosso Posto da GNR da Gafanha da Nazaré, e que, normalmente, estão cá também nos períodos de verão. Se houver este reforço, pois podemos contar então com uma maior vigilância, se não houver julgo que vamos continuar limitados naquilo que é a necessidade da nossa população. Diria mesmo, como algumas pessoas, e não porque ouvi dizer, mas por que vejo, converso e estou nos locais, há mesmo pessoas, e eu também o afirmo, muitas vezes vemos, quando é preciso uma obra ligada a comunicações, dois GNR ali que estão a fazer um gratificado, não estão a fiscalizar e não vimos a fiscalização. É evidente que eles, para todo o trabalho de levantamento de autos - não estou aqui a defender ninguém - levantamento de autos, todo o trabalho que fazem de fiscalização, todo o processo administrativo também é feito por eles próprios. E é muito difícil termos uma resposta superior àquela com o número de efetivos que temos no nosso território municipal. É preciso reforçar isso. É preciso sensibilizar os mais jovens para seguir o caminho militar, para servir na GNR.



Penso que precisamos que todas as nossas forças, que nos vão protegendo ao longo dos anos, precisam de ter reforço de homens e sensibilizar também por aí. É importante.

Aliás, na nossa Feira do Emprego estiveram todas as forças, desde a Marinha, à PSP e à GNR. Os contactos não foram muitos dos nossos jovens, mas vieram com o intuito de sensibilizar, incluindo também a força aérea.

Relativamente àquilo que é os passeios e as ciclovias. Concordo consigo, não posso discordar relativamente às árvores, tivemos uma conversa pessoal, os dois, sobre isso. Nós teríamos algumas pessoas que sentiam que as árvores estavam a invadir a sua privacidade, nomeadamente na Costa Nova e recuámos atrás. Fizemos umas podas, mas não vou evitar esses processos, Fernando. Vamos ter que manter, de alguma forma, isso. Nem toda a gente as aceita. Temos um volume grande de pessoas a combater isso. Temos é que plantar mais árvores. Não o disse, mas eu acho que o pensa todos os dias. Temos é que pensar mais, plantar mais árvores. Estamos a substituir algumas zonas de relvado no nosso Município por arbustos para termos menos cortes. Estamos a aplicar, novamente, a política do ano passado, não cortar a relva para polinização e também pouparmos alguma coisa nos combustíveis fósseis. Portanto, estamos a fazer isso. Os relvados sofrem muito com isso, tardámos a adubação. Portanto, estamos a fazer esse trabalho no sentido também da sustentabilidade desta casa comum.

Relativamente ao senhor Melo, terei pouco a dizer. Sobre as anotações que fez aqui, vamos verificar isso.

Relativamente à Rua das Cancelas, vamos cumprir o projeto que estava feito e, portanto, esperemos que toda a gente possa usufruir desses passeios e dos circuitos que são criados nessa rua, sempre com o intuito também de termos um abrandamento de velocidade nessas ruas e estreitando as vias.

Relativamente ao Esteiro da Malhada. É mais uma situação caricata. Eu desconheço completamente esta situação. Sei é que no Esteiro da Malhada é possível levar uma iluminação com a colocação de painéis fotovoltaicos para breve e que vai levar também um parque para que as pessoas possam usufruir com algumas estruturas nessa mesma zona. A arborização também será refeita, com o aproveitamento de algumas águas que vamos tendo vamos tentar que isso aconteça durante este ano.

Relativamente a uma zona que o Fernando também referiu e também o senhor Melo referiu, a Ponte da Barra, o que lhe tenho a dizer é que desde o primeiro minuto, não só cartas do Partido CHEGA que também chegaram até nós e de outras manifestações que existiram sobre o estreitamento da via. Tivemos desde sempre ligação à Ascendi e à Estradas de Portugal, à AIP, e aquilo que conseguimos perceber é que a obra não estava prevista para perder esse estreitamento de via, porque obriga à participação da GNR mais frequentemente. Tudo isso tem custos e o empreiteiro quando se lançou à obra isso não estava previsto. Portanto, houve um acordo após isto tudo, os problemas que foram detetados e, portanto, tentou-se resolver. Às vezes é aborrecido, nestas coisas. Temos sempre pessoas que pensam muito mais à frente, mas eu acho que os nossos organismos não estão dotados dessas pessoas e, portanto, essas pessoas também não se aproximam dos organismos, não estão na função de engenheiros nem nada, mas muitas vezes vestem essa camisola de uma forma muito abnegada, o que eu também valorizo. Mas olhe, conseguiu-se. Está ao trabalho feito. É ótimo. O Empresário terá mais custos.

Relativamente à manutenção da Ponte, eu agradeço que a faça, seja das vias de acesso, seja das próprias ciclovias que tem lá.

Relativamente às ciclovias, o problema também penso que está resolvido, de acesso à Ponte. Realmente há anos que não eram limpas as margens e as meias canas que estavam lá. Nós pedimos isso também à Estradas de Portugal, numa reunião que tive com o Porto de Aveiro, e, nesse mesmo dia confirmaram-me que nas próximas duas semanas fariam a limpeza dos dois caracóis de acesso, um de quem vem da Docapesca para a Ponte e a descida para a Gafanha da Encarnação, evidenciando os problemas que tínhamos ali nessa via. Passo lá algumas vezes, o Vice-Presidente também, e, portanto, sentimos esses problemas. Mais alargamento que aquilo pedimos só uma situação é que a passadeira que está ao meio da via, que liga à Docapesca, que se aproxime da rotunda e que cri um túnel é maior e reduzamos ali alguns perigos. Se isto for possível ficou o pedido feito, mas está em conjugação com o projeto que a Câmara tinha anteriormente da ciclovia, e, portanto, tentamos resolver isto. Acho que este é, como se diz, a cereja no topo do bolo, se conseguirmos esta situação.

Relativamente ao senhor António, não tenho nada a dizer.

Senhor Presidente, dou por concluída a minha participação. Muito obrigado.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Luís Leitão, PS:** (46':20")

«Sr. Presidente. Queria fazer uma interpelação à Mesa.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (46':29")

«Sim. Com certeza.»

**Luís Leitão, PS:** (46':34")

«Boa noite a todos. O motivo desta interpelação à Mesa prende-se com a Ordem de Trabalhos, tem tudo a ver com a Ordem de Trabalhos. Ou melhor, com a lógica que norteia este tipo de Ordem de Trabalhos.

Sou surpreendido, se calhar somos todos surpreendidos, com uma Ordem de Trabalhos com 13 pontos para discutir hoje ou nas reuniões mais próximas. Repito, 13 pontos para a Ordem de Trabalhos. Podemos discutir isto no PAOD, que não agora.

Mas lembram que entram, para aquilo que é normal e na tradição desta casa, tanto neste mandato, como nos mandatos anteriores, que fazem quase jurisprudência sobre a forma como efetuar uma Ordem de Trabalhos, é normal, depois do PAOD, começarmos com a Atividade Municipal. Tratam-se, pela exceção, urgências, situações de última hora que atendendo à sua excecionalidade e importância terão que ser discutidas prioritariamente. Hoje, o ponto número 8 é a Atividade Municipal.

Ou seja, os critérios que norteiam a comunicação de um balanço da atividade municipal durante um determinado período, é como fazer o balanço do ano nas férias grandes, porque, entretanto, tivemos coisas mais importantes para discutir de que a forma como correu o nosso ano.

E a atividade municipal, hoje, foi relegada para uma coisa tão importante que é para o lugar de coisíssima nenhuma. Na minha perspetiva.

Portanto, aquilo que eu queria perguntar ao Senhor Presidente é se esse critério tem a ver com pedidos do Executivo com carácter de urgência. É esse o motivo como fizemos na Assembleia Municipal anterior? Então, assim sendo, eu relembro o seguinte. Estes pontos que eu falo para quem está menos atento: a descentralização da área da saúde, o mapa de pessoal, a revisão orçamental, a oferta pública de aquisição para uma estratégia local de habitação, o relatório e contas que é pertença daquilo que é a atividade da assembleia ordinária, para a qual estamos aqui hoje e as peças inerentes à avaliação do relatório de contas, e só a oitava é que é a atividade municipal.

Assim sendo, chamo a atenção de V. Exa. no futuro e atendendo à excecionalidade, à importância e à urgência dos assuntos, deve, para isso, criar ou convocar uma Assembleia Municipal Extraordinária. A lei fez-se para isso. Não é caso virgem, tanto neste mandato como nos mandatos anteriores. A meu ver e também na visão do Partido Socialista, estamos a criar uma ordem de trabalhos numa lógica de supermercado, a encher chouriços para despacharmos isto rápido, ou para estarmos aqui cinco sessões a discutir com a dignidade que merecem os pontos.

Portanto, o bom senso tem que imperar neste tipo de situações. Senhor Presidente, sob o meu protesto e da minha bancada, vamos discutir com o empenho que pudermos e com o tempo que conseguimos na nossa atividade amadora, preparar 13 pontos para a Ordem de Trabalhos.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (50':02")

«Com certeza. Muito obrigado. Antes de responder ao Luís Leitão, não sei se a professora Irene quer dizer algo sobre a Doutora Ana Rita.»

**Segunda Secretária da Mesa, Irene Ribau Tavares:** (50':12")

«Eu queria agradecer ao Senhor Horácio Melo a referência à minha sobrinha. Efetivamente, ela prestou serviço, por várias vezes, em várias zonas do mundo, onde há refugiados, prestando seu apoio como médica. Como deve imaginar, nós, família, ficamos de coração nas mãos, mas muito orgulhosos. Eu farei chegar a sua referência à minha sobrinha. Muito obrigada.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (50':36")

«Eu gostaria também de comentar a intervenção do senhor Horácio Melo. Muito obrigado pelas suas palavras. Estamos a fazer o melhor que sabemos e podemos.

A questão levantada pelo Senhor António Carlos Silva sobre a Mesa tomar uma posição. A Mesa não pode tomar posições. Nós somos um órgão vivo, deliberativo do poder local.

Proporcionamos é estes momentos para que os cidadãos se possam dirigir a esta Assembleia. Depois, claro, teremos os nossos Grupos Municipais e o Executivo Municipal que poderão então entrar na discussão dos assuntos que são levantados. Mas muito obrigado pela participação.

Relativamente à interpelação realizada pelo Luís Leitão, dizer-lhe o seguinte. Desde logo, eu também tenho uma ideia, e a Mesa também tem uma ideia muito própria, do que é sessão ordinária e sessão extraordinária. O que nos apetecia fazer era partir esta convocatória em quatro pontos hoje e, na próxima semana, convocar uma extraordinária. Há assembleias municipais, neste país, que fazem isso. Mas também pesou, aqui, alguma ponderação, e não o fizemos. Não quer dizer que não venhamos a fazer no futuro.

Porque, realmente, as assembleias extraordinárias são para tratar de assuntos extraordinários. Não são os assuntos que estão em apreciação nesta ordem de trabalhos. Mas repito, há assembleias municipais que o fazem. É, aliás, um dos pontos que está em discussão na ANAM. Enfim, pronto... está em discussão. Nós temos um parecer da CCDR que diz o que diz, tema redação que tem relativamente, inclusive, à remuneração dos eleitos locais nas assembleias municipais.

Relativamente à ordenação, com certeza que aqui houve uma atenção, face ao Executivo. Se o Executivo tem interesse que determinado assunto seja primeiramente abordado, depois um determinado ser segundo, terceiro e quarto, nós não estamos aqui para dificultar a vida ao Executivo, ok?! Portanto, a lei não obriga nenhuma ordenação específica. Portanto, se o Executivo nos pede "Senhor Presidente, necessitamos que este assunto, este e este, como há aqui assuntos tem que ser validados ainda no mês de abril", com certeza que nós estamos aqui disponíveis para assim proceder. Mas é tome nota da sua interpolação. Muito obrigado.»

## **Período de “Antes da Ordem do Dia”**

### **Votos de Louvor e Pesar**

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (53':27")

«Muito bem, vamos então entrar no Período de Antes da Ordem do Dia. Temos duas propostas de Voto de Pesar subscritas pelo Grupo Municipal do Partido Social Democrata e um Voto de Louvor a propor pela Mesa da Assembleia Municipal, rececionados dentro do estipulado no Regimento e posteriormente remetido aos Membros da Assembleia Municipal. Discutíamos as três propostas seguidas e votaríamos depois separadamente cada uma delas. Propunha que se lesse primeiro o voto de louvor proposto pela Mesa da Assembleia Municipal.»

Os dois Votos de Pesar e o Voto de Louvor são documentos parte integrante da presente ATA como anexos.

**Primeiro Secretário da Mesa, Pedro Tróia:** (54':03")

«Voto de Louvor à Associação dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo pelo seu 130.º aniversário (13 de abril de 2023).

Fundada a 13 de abril de 1893, por ato solene de Instalação da Instituição realizado na Câmara Municipal de Ílhavo, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo é uma das mais antigas instituições do nosso tecido associativo, em atividade.

Ainda este mês celebraram, festivamente, o 130.º aniversário da sua fundação e, por tal facto, 130 anos de existência e de missão humanitária, cumprindo assim o desígnio, a vontade e o sonho de muitos cidadãos.

Desde os finais do século XIX, os Bombeiros Voluntários de Ílhavo têm sido uma referência exemplar na prestação de auxílio, socorro e proteção à população do nosso Município, numa inegável grandeza de bravura, altruísmo e abnegação.

Perante os desafios que enfrentam diariamente no cumprimento de cada chamamento, os Bombeiros Voluntários de Ílhavo demonstraram sempre uma enorme capacidade de resposta, prontidão, elevando o lema que, orgulhosamente, sustentam: "Vida por vida".

O exemplo de coragem, dedicação e espírito de missão, espelhados, por exemplo, na forma como enfrentaram a pandemia, para além de dignificar a nobre missão dos bombeiros voluntários, deve servir de inspiração para todos nós enquanto sociedade.

Assim, em nome da gratidão e do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, a Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo propõe um Voto de Louvor à Associação dos Bombeiros

Voluntários de Ílhavo, neste seu 130.º aniversário, pela dedicação humanitária, pelo serviço público e comunitário, e pela longevidade enquanto Instituição.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (55':58")

«Muito obrigado. Antes de submeter à votação, pergunto se algum dos grupos municipais pretende subscrever as três propostas ou apenas alguma delas individualmente.»

**Pedro Cristo Graça, UPF:** (56':25")

«Muito obrigado. O artigo 47.º diz-nos o seguinte, no ponto 3: “Os votos de louvor, pesar, reconhecimento e congratulação, moções e requerimentos, devem ser remetidos pelos membros da Assembleia ao Presidente da Assembleia Municipal, com a antecedência mínima de 48 horas (...). O Presidente da Assembleia Municipal remete as propostas recebidas de votos de louvor, pesar, reconhecimento e congratulação, moções e requerimentos, a cada membro da Assembleia até 24 horas do início da sessão agendada”.

Qual é a minha interpretação sobre este tipo de situação, e porque já aconteceu? A própria Mesa, não é o Paulo Pinto, o Tróia, a Irene, é a própria Mesa que faz a proposta. Eu, a partir do momento que a Mesa faz a proposta, no nosso entender, do ‘Unir Para Fazer’, está-nos a representar a todos nós. Subscrever não faz parte, não é um movimento e conforme se encontra definido no próprio regulamento, não é regular esta situação. Ou seja, o que está definido no artigo 47.º é uma coisa, o que aquilo que se pretende, digamos fazer, é se a Mesa, e nós compreendemos e aceitamos, a partir do momento que a Mesa está a representar-me a mim, independentemente de, como sabe, não votei na nesta Mesa, mas representa-me enquanto Presidente da Mesa, enquanto a Mesa toda. Esta é só o meu parecer, dado que devemos cumprir rigorosamente o que se encontra definido no nosso regimento.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (57':47")

«Muito obrigado, Pedro Cristo. Essa não é nossa interpretação. Antes de submeter, portanto, pergunto se algum dos Grupos Municipais pretende subscrever as três propostas?»

**Pedro Martins, PS:** (58':13")

«Boa noite a todos. Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu sei que me foram enviadas as propostas, mas eu confesso que não li. Portanto, não posso dizer que subscrevo sem as ouvir, só isso obrigado.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (57':47")

«Sem qualquer problema, vamos ler. Flôr Agostinho também quer fazer uma interpelação? Sim, lemos os votos todos. Muito bem.»

**1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia:** (54':03")

«Voto de pesar. Esta proposta de voto pesar é feita pelo PSD.

Faleceu no dia 4/03/2023, o comerciante ilhavense João Marques Marquinhos.

Tendo nascido a 25 de novembro de 1933, em Aveiro, veio morar para a Gafanha da Encarnação com menos de dois anos de idade onde foi batizado e mais tarde casou.

Filho de pai murtoseiro e de mãe aveirense passou a sua infância na zona da Bruxa, na Gafanha da Encarnação, vindo a concluir a 4.ª classe em Ílhavo com distinção e, com apenas 11 anos de idade começou a trabalhar vendendo bilhetes para a travessia da ria entre a Bruxa e a Costa Nova, tarefa que executou durante cerca de quatro anos.

Na busca por novos desafios e melhoria de vida empregou-se em Aveiro no estabelecimento de tecidos e roupas “Os Sérgios” que na altura era um dos mais conceituados e conhecido estabelecimento de roupas do Distrito.

Infelizmente em cinco de junho de 1950, teve um grave acidente de motorizada numas obras em desenvolvimento no trajeto para o Santuário da Nossa Senhora de Vagos, de cuja ocorrência resultou a obrigatoriedade da utilização de canadianas a partir dessa data, bem como, viu-se impelido a iniciar a sua aprendizagem na profissão de alfaiate na companhia de um tio, tendo mais tarde sido aprendiz do alfaiate Manuel Fidalgo Vilarinho e diplomado por uma escola de alfaiataria de Lisboa.

De regresso à sua Gafanha da Encarnação abriu um estabelecimento de alfaiataria, comércio de roupa e calçado, tendo ao longo do exercício desta atividade empregado diversas pessoas, manifestando sempre grande disponibilidade para ajudar os seus conterrâneos, tornando-se uma personalidade incontornável e muito admirada, designadamente por estar sempre disponível para ajudar o próximo na realização de comunicações telefónicas, pois foi dos primeiros munícipes a ter telefone na freguesia,

Sempre disponível para defender e promover a sua terra adotiva - a Gafanha da Encarnação - foi sócio e fez parte dos órgãos dirigentes do NEGE - Novo Estrela da Gafanha da Encarnação, durante alguns mandatos, tendo inclusivamente sido seu Presidente.

Foi igualmente membro do executivo da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação durante dois mandatos e um mandato como membro da Assembleia de Freguesia, sempre pugnando por prestigiar o Poder Local democrático, e sendo merecedor do reconhecimento dos seus concidadãos pela sua participação ativa na defesa do crescimento e desenvolvimento da sua Freguesia.

O “Ti João Marquinhos”, como carinhosamente toda a gente o conhecia, era uma pessoa de trato fácil, de um coração enorme e sempre com vontade de ajudar o próximo, sintomático do seu percurso de vida, permanentemente caracterizado por um elevado sentido cívico.

Pelo seu percurso profissional enquanto alfaiate e comerciante, contribuindo para o desenvolvimento da “sua” Freguesia, e pelo seu exemplo de vida na ajuda prestada à comunidade local através das Associações que apoiou, bem como pela sua atividade enquanto autarca da freguesia, propõe-se a esta Assembleia:

- aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. João Marques Marquinhos;
- que apresente à sua família, as mais sentidas condolências.»

**1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia:** (01:02':15")

«É um voto de pesar também do PSD de Ílhavo.

No passado dia 21 de fevereiro de 2023 faleceu José António Paradela, destacando-se pela sua intervenção cultural e urbanística até ao seu falecimento, com 86 anos, sendo conhecido nos meios literários sob o pseudónimo de Ábio de Lápara.

Nascido em Ílhavo, foi serralheiro civil e experimentou as agruras da Faina Maior, ao embarcar como moço no navio de pesca do bacalhau designado por Lousado, até aos dezoito anos.

Foi, depois, Bolseiro da Fundação Gulbenkian, tendo-se licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa no ano letivo de 1960-1961, e posteriormente escreveu diversas obras literárias e partilhou várias tertúlias literárias.

No âmbito da sua atividade profissional destacou-se pela elaboração do Plano de Ordenamento Territorial da Região Autónoma da Madeira (POTRAM), bem como, deixou nesta região autónoma um legado de inúmeras obras arquitetónicas da sua autoria, como o Hotel Tour Views.

Em Ílhavo, a sua obra pode ser apreciada no traço do edifício dos Paços do Concelho, no anterior Quartel dos Bombeiros de Ílhavo, no Centro de Saúde de Ílhavo, no Centro Cultural da Gafanha da Nazaré e mais recentemente na remodelação e modernização do Jardim Henriqueta Maia.

Além da Arquitetura dedicou-se também à escrita, através do pseudónimo literário de Ábio Lápara, tendo assinado várias obras, designadamente: “A rua suspensa dos olhos”, “Uma Ilha no Nome: Pequena Crónica dos Dias Líquidos”, “Rua Suspensa dos Olhos” e O livro das santinhas de apegar: textos poéticos.

Recentemente a Câmara Municipal de Ílhavo, atribuiu-lhe a Medalha do Município, no grau Vermeil, a título póstumo, enaltecendo, assim, a dedicação e os relevantes serviços prestados à comunidade no âmbito cultural e urbanístico, dignificando o Município de Ílhavo através da sua atividade.

Podemos hoje afirmar que o Arquiteto José António Paradela se conta entre os nossos melhores.

Nestes termos propõe-se a esta Assembleia:

- que aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Arquiteto José António Paradela;
- que apresente à sua família, as mais sentidas condolências.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (01:04':43")

«Muito bem... então, repito, antes de submeter a votação. Pergunto se algum dos Grupos Municipais pretende subscrever as três propostas ou apenas algumas delas individualmente? O “Unir Para Fazer” é só os votos de pesar, correto? Muito bem.

E o PS subscreve todos. Muito obrigado

Coloco à votação a proposta de Voto de Pesar pelo falecimento de João Marques Marquinho, autarca da Freguesia da Gafanha da Encarnação, entre outros, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. Quem vota contra? Quem se abstém? Voto de pesar aprovado por **Unanimidade**.

Proposta de Voto de Pesar pelo falecimento do Arquiteto José António Paradela, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por **Unanimidade**.

Proposta de Voto de Louvor à Associação dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo pelo mérito associativo e humanitário, proposta pela Mesa da Assembleia Municipal, a propósito do 130.º aniversário. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por **Unanimidade**.»

## PAOD

### Da Assembleia Municipal

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (01:06:28")

«Vamos passar às intervenções neste Período de Antes da Ordem do Dia, que devem ser centradas em assuntos de relevância para o Município e que não coincidam com as temáticas apresentadas pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal no Relatório da Atividade Municipal, constante do ponto 8 da Ordem do Dia, nem com a restante Ordem do Dia.

Sem pretender, como é óbvio, nem nunca o foi, condicionar as intervenções dos eleitos, respeitando, em pleno, a liberdade de expressão e opinião, reforço, no entanto, essa particularidade da incidência das intervenções para uma melhor gestão dos nossos trabalhos, que vão ser longos.

Vamos manter a regra da rotatividade das intervenções, começando pelo princípio de menor representatividade para a maior. Como tem sido norma na próxima ou nas próximas reuniões de continuidade desta sessão, será mantida a rotação que concluir esta reunião.

Portanto, neste momento, teremos o CHEGA, o PS, o 'Unira Para Fazer' e, por fim, o PSD.

Abro então as inscrições.

Do CHEGA inscreve-se Sérgio Louro. Do PS quem se inscreve? Luís Leitão. Pedro Martins. Diana. Do 'Unir Para Fazer' quem se inscreve? Raquel a Mariana. E do PSD quem se inscreve? Muito bem, Flor Agostinho, Luís Diamantino e Augusto Rocha.

Vamos então começar com o Sérgio Louro, do CHEGA.»

**Sérgio Louro, CHEGA:** (01:09:20")

[exposição de registos fotográficos que se encontram apenas à presente ata, fazendo parte integrante da mesma]

«Boa noite a todos aqui presentes. À comunicação social e ao público que nos assiste nas galerias e ao público que assiste aos trabalhos via plataforma streaming.

Hoje, trago aqui um assunto ao Executivo, que apesar de não ser um assunto de vida ou morte, é um assunto que carece de resolução, pois está à vista de todos, mas parece que ninguém se apercebe. E todos os dias o podemos contemplar.

Subsidiariamente, é um assunto que, se calhar, todos nós podemos pensar nele e tentar encontrar uma solução. Não sei se existe solução para isto. É algo que já se vem a acumular há alguns anos. E diria que poderá ter aqui alguns dos responsáveis, e terá, com toda a certeza, a responsabilidade por parte dos técnicos que compõem os quadros de pessoal da Câmara Municipal de Ílhavo.

As nossas ruas, pouco a pouco, vão-se cada vez parecendo mais com as ruas do terceiro mundo. Muito idênticas às fotos que recebia, no ano 2000, quando andava pelas telecomunicações e que nem queria acreditar no que recebia, de lugares como a Índia, o Brasil, entre outros, lugares mais pobres, tipicamente.

Depois de verem as fotos que vão passar, vão, se calhar, passar pelos sítios, vão olhar para a situação que eu estou aqui a trazer ao Executivo para realmente tentarmos encontrar uma solução. Vão olhar para ele de outra forma. Pensamos nós que chegou um ponto em que o Executivo, eu e o todos os outros aqui presentes precisamos de encontrar uma forma e dizer basta a que está a acontecer.

É um pouco como a cidadã Ana Rocha disse, as coisas têm vindo a mudar ultimamente nas praias. E esse assunto já vão ver numa fotografias que trago, umas fotografias valem mais do que 1.000 palavras.

Isto são fotografias tiradas na quinta-feira passada. Na zona industrial anda lá um cabo de telecomunicações caído já há vários dias, mas parece que ninguém quer fazer nada. Inclusivamente, é um perigo para a circulação de pessoas ou para as pessoas que lá estão. Vocês vão reconhecendo aqui algumas fotos que é a Gafanha de Nazaré. E, portanto, vai crescendo uma teia de aranha. Equipamentos antigos deixados nos postos, ninguém tira nada. Vão sendo criadas umas armadilhas por aí.

Mais um equipamento abandonado de televisão por cabo. Hoje é só fibra ótica. Aqui junto ao nosso depósito da água. E, portanto, este é o aspeto magnífico em que as nossas ruas estão a ficar. Mas vai piorar! Há, literalmente, armadilhas para as pessoas que andam de bicicleta, como aqui, em frente ao Intermarché, capaz de alguém se enfiar ali no laço. Estão a ver ali o

lacinho. Senhor Presidente, penso que não tem conhecimento disto. Se calhar isto, como eu disse, não é um caso de vida ou morte, mas acho que é preciso fazer alguma coisa. Voltamos à zona industrial. E agora aqui vem do conhecimento do Senhor Presidente. Olhe, chamo-lhe a atenção. Veja, deve conhecer estes lugares. Conhece aqui? Veja com mais atenção. Olha, olha que espetáculo que está ali. E para vocês todos também, colegas. Isto é inadmissível. Temos que terminar com isto. Se formos para a cidade de Aveiro não vemos isto. Não sei explicar a razão. Isto foi algo que foi acontecendo, foi acumulando. Cabe-nos a nós trazer e encontrar, o Senhor Presidente encontrar, e todos, em conjunto, encontrarmos uma solução para isto. E o primeiro lugar vai para a Gafanha de Aquém, muito próximo da casa do Senhor Presidente.

Mas em todo em todo o Município, agora que estão sensibilizados para isto, vão poder observar isto em todo o município. Muito obrigado.»

**Luís Leitão, PS:** (01:16:01")

«Está visto que, mediante a apresentação de Sérgio, os presidentes da Câmara escolhem sempre o melhor para a sua rua. Tem o melhor emaranhado de cabos em frente à casa do Presidente. São sempre os privilegiados. Parabéns, também. Na verdade, é um tema muito pertinente. Não sendo hábito e provavelmente é uma exceção, a intervenção do Sérgio não deixou de ser oportuna e de ser um sinal vergonhoso para o local onde vivemos, não só aqui na zona de Ílhavo, mas também nos concelhos limítrofes. O Sérgio não vê isto na cidade de Aveiro, porque estão agarradas às paredes e passam alguns dos cabos por..., mas o princípio e a lógica, infelizmente, são o mesmo.

Se se recordarem, há pouco tempo, quando discutimos, inclusive, a questão das taxas para as operadoras, eu falei neste assunto aqui. Isso sim, é que é importante que era a forma de acabarmos com este terceiro-mundismo que vai invadindo, ou a falta de critério que vai invadindo as nossas povoações. E mais grave ainda não é o facto de quase que nos fomos resignando a estarem os cabos atravessados. O mais grave é os cabos pendurados que eles não substituem, eles cortam, metem outros e aquilo fica ali tudo pendurado. E, na verdade, é necessário haver quem esteja atento e faça cumprir no mundo, no mínimo, um ato de urbanidade. Mas pronto não me trazia aqui falar sobre os cabos que estão pendurados.

Gostava de felicitar o público, que ainda cá está, porque nós não estamos propriamente habituados a intervenções do público, muito menos a quatro intervenções do público. E se poderão estar mais ou menos alinhadas nos seus temas, elas demonstram uma dinâmica muito interessante que deveria ser partilhada por muitos mais, por muito mais pessoas, e também por muito mais assuntos.

A elevação e a oportunidade dos vossos assuntos é que é assinalável, essencialmente os assuntos da Praia da Barra. Um deles já me era também familiar e que acabámos por trocar algumas opiniões com outros colegas vossos ou vizinhos vossos. É um assunto que é o sinal dos tempos para o qual temos que nos adaptar: a capacidade de receber, mas também a capacidade de sabermos acolher com os braços devidamente abertos e encaminhando no sentido correto daquilo que é a nossa identidade. Temos que o fazer de forma pedagógica e ainda bem que existem grupos como vocês e que estão aí e que estão preocupados com a situação.

Eu queria aqui abordar no PAOD, embora a nota do Senhor Presidente vem reforçar a minha preocupação sobre o teor da política de supermercado da constituição desta Ordem de Trabalhos - que é, vamos fazer isto à pressa e rápido porque temos muitos pontos para tratar - mas eu vou só deixar então aqui uma nota, não deixando de ficar preocupado com outras questões e ainda podendo ter direito a uma segunda intervenção.

Gostaria de dizer que no Feriado Municipal, na dita segunda-feira de Páscoa, por razões pessoais não pude estar presente na sessão solene comemorativa do Feriado de Ílhavo, mas estive a acompanhar na internet. E segui atentamente os discursos ou com atenção que devia, até porque a fiquei em casa muito por causa das hérnias que me andam aqui a preocupar e portanto, estive com calma ouvir as vossas intervenções.

Acabei por ficar preocupado e atento, e até hoje não vi ninguém falar neste assunto. E, portanto, trago aqui o assunto para abordar de forma eventualmente pedagógica e tentar obter um esclarecimento por parte do senhor Presidente da Câmara. Uma vez que fui confrontado com a surpresa da ordem de intervenção dos partidos com representação na Assembleia Municipal na sessão solene não ter respeitado a regra que se mantém nestes princípios básicos da democracia. Ainda agora estamos a falar pela ordem da nossa eleição e em função da representação que o povo nos deu pela quantidade de votos. Se, na verdade, os votos da Assembleia Municipal, foram, salvo erro, 30% para o PSD e 29% para o UPF, há uma diferença de cento e tal votos que deram a maior votação ao PSD. Portanto, é com surpresa

que acabou por ser o UPF o último a efetuar a intervenção. Esta situação espanta-me pelas razões dos votos. E não tendo, no entanto, procuração do PSD, nem pretendendo colocar-me no papel de vítima que vai estando em moda agora no Concelho, por vários intervenientes, preocupo-me apenas em perceber o processo. Até porque hoje é convosco, amanhã vai ser comigo ou poderá ser comigo e gostava de saber a regra do jogo.

Sei também que as intervenções no Feriado Municipal não são da Assembleia Municipal. São a convite do Presidente da Câmara Municipal que convida os representantes dos partidos com assento na Assembleia Municipal. E, portanto, pela cortesia do Senhor Presidente, somos convidados a intervir na sessão solene comemorativa do feriado. Esta é uma moda ou que se tornou moda, que se tornou regra no nosso Concelho com uma inovação do engenheiro Ribau Esteves, num dos seus mandatos, julgo que o seu primeiro mandato, em que a Câmara, o Presidente da Câmara, convida os membros da Assembleia Municipal. Sublinho convida porque dá o direito de poder deixar de convidar, o que seria um mau princípio. Mas, no entanto, julgo que deveriam ser seguidas as práticas democráticas e aquilo que tem sido a regra praticada, pelo menos, neste concelho, por aquilo que eu conheço. Portanto, deixo a pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, se foi um equívoco ou se tem um critério para o qual eu gostaria de ser informado.»

**Pedro Martins, PS:** (01:23':27")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. O que me traz aqui, no Período Antes da Ordem do Dia, tem a ver com aquilo com que nos temos confrontado, que é uma estratégia, aquilo que aparentemente é uma estratégia do 'Unir Para Fazer', uma estratégia, parece que é uma estratégia de se desculpabilizarem perante algumas dificuldades que estarão a encontrar na governação do Município. Assistimos, por exemplo, na praça pública - e bem, porque, atenção, nós achamos que a política é palavra, tenho-o dito sempre, a política exige o confronto de ideias, o debate de ideias, de projetos, de realizações, etc. - portanto, não defendemos, como tem sido defendido pelo 'Unir Para Fazer', que quem tem cargos deve ter algum recato e reserva, principalmente se forem presidentes, nomeadamente Presidentes de Junta e Presidentes de Assembleias Municipais. Espantem-se, eu ouvi isto! Quando isto é a subversão completa do debate político. Portanto, nós não defendemos isso, acho que se deve falar abertamente de tudo. E, portanto, notamos esta estratégia do Unir que é estratégia antiga das forças de bloqueio, do ambiente tóxico, do bloqueio a que se assiste que impede a realização, digamos, o desenvolvimento normal da atividade municipal e do Executivo.

Ora bem. Eu gostava que me explicassem isto Porque desde que o mandato se iniciou, só houve, que eu saiba dois pontos essenciais que tiveram a frontal oposição da, passo a redundância, da oposição que é a maioria. Temos um executivo minoritário. Portanto, houve dois pontos que tiveram voto contra maioritariamente da oposição e, portanto, não passou aquilo que o Executivo pretendia. Refiro-me à taxa de resíduos sólidos urbano. A oposição inviabilizou o aumento exorbitante que o Executivo do Unir pretendia. E refiro-me à compra e venda da casa do Gaveto, junto, aqui, à Casa da Cultura. Ora, em mais de um ano, um ano e meio de governação eu pergunto: é isto o bloqueio? É isto?! É oposição, em 18 ou 19 meses, votar contra 2 pontos?! É que isto não faz sentido. O que parece é que o Executivo está a atirar areia para os olhos das pessoas, tentando já, de antemão, desculpar algumas dificuldades, naturais é certo, na governação. Portanto, era essa chamada de atenção que nós gostávamos de deixar aqui. O PS viabilizou, e o PSD também, portanto, a oposição viabilizou os orçamentos; viabilizou a grande maioria, eu diria mais de 90%, 90 e muitos por cento, de todas as propostas que o Executivo levou às reuniões de Câmara e que trouxe também aqui à Assembleia Municipal. A oposição não inviabilizou, portanto, permitiu a delegação de competências da Câmara para o Senhor Presidente, de outro modo teria obstaculizado de forma veemente a normal de gestão da atividade município, a aquisição de serviços, a celebração de contratos, etc. Portanto, eu não percebo a que bloqueio é que o senhor Presidente da Câmara e o Unir se referem. Se puderem explicar, penso que os municípios agradecem. Muito obrigado.»

**Ana Raquel Simões, UPF:** (01:27':34")

«Ora muito boa noite. Cumprimento, em primeiro lugar, o Presidente da Assembleia e a restante Mesa; o Presidente da Câmara Municipal e restante Executivo; os colegas deputados da Assembleia Municipal; o público aqui presente e que está presente em casa.

Gostaríamos de começar as intervenções do 'Unir Para Fazer', esta noite, destacando alguns eventos que decorreram, ou que estão ainda a decorrer, e que demonstram a força do nosso município, que achamos importante destacar, já que não aparecem ainda, obviamente, naquilo que diz respeito à atividade municipal



Por isso, destacávamos, por um lado, o investimento na valorização do nosso património e das nossas tradições, da nossa história. E, por outro, uma manifestação de um concelho preocupado com bens maiores da vivência democrática, como as questões da inclusão, da celebração da democracia e também do festejo da nossa identidade.

Começando com a valorização das nossas tradições e do nosso património, seja físico, seja imaterial, referimos aqui, por exemplo, a Festa do Pão de Vale de Ílhavo, que ocorreu na segunda quinzena de março, que uniu a Comunidade em torno deste nosso característico produto regional. E relembramos aqui a identificação que foi feita de Vale de Ílhavo enquanto Aldeia de Portugal, pela Associação de Turismo de Aldeia, que muito honra a todos nós, munícipes.

E também gostávamos de trazer aqui a celebração daquilo que é um festival gastronómico que, aliás, está ainda a decorrer: “Vamos aos Cricos”, que valoriza, no fundo, os produtos da Ria tão característicos desta região, desta zona, e que se constitui, claramente, como uma nova aposta da Câmara Municipal para promover a produção, a restauração. Enfim, tudo isto como forma de trabalhar um pouco neste nicho que também pode ser o do turismo gastronómico e como forma de promover aquilo que é característico desta zona.

Para além destas iniciativas, destacávamos, ainda na valorização de valores, a criação, a 5 de abril, do Balcão da Inclusão no nosso município, para se dar uma melhor resposta às pessoas com deficiência e incapacidade, passos importantes para tornar o nosso Município de Ílhavo cada vez mais num espaço inclusivo.

Referenciamos ainda nesta dinâmica da valorização desta vivência democrática, a iniciativa do Orçamento Participativo, que está ainda a decorrer, onde, de facto, há a possibilidade de se submeter propostas, até dia 30 de abril, por isso ainda por mais 2 dias, tendo decorrido alguns encontros de participação, penso que seis, nas quatro freguesias do município. Chamávamos a atenção para quem nos está a ouvir em casa que podem ainda apresentar estas propostas de projetos para esta iniciativa.

Ainda numa celebração de quem somos como munícipes, há que lembrar ainda - já hoje aqui foi falado - o dia 10 de abril, no qual se celebrou o Feriado Municipal, como todos sabemos, em que se distinguiram dez personalidades e entidades de reconhecimento. Relembramos e gostávamos aqui de referir que, ao contrário do que se escreveu por aí em alguns órgãos de comunicação social, e não só, o UPF não quer, à partida, mudar o Feriado, como se disse em vários sítios, mas antes levar os munícipes a pensar sobre a data. Pensamos que isso foi importante para todos. Relembramos também a importância de viver este dia, que é o dia de Ílhavo, sem as ditas politiquices a que assistimos e continuamos, pelos vistos, a assistir.

Falando nas questões da vivência democrática, não podíamos deixar de destacar a celebração do 25 de Abril.

49 anos depois da sua ocorrência, por iniciativa dos líderes desta Assembleia, foi a primeira vez que esta data, de facto, foi comemorada em cerimónia oficial, em muitos anos. Queremos acreditar que é importante que se comemore esta democracia, não só o 25 de Abril, não só nessa data, mas também hoje, sempre e amanhã, envolvendo toda a comunidade, equacionando, se calhar, modelos de celebração que envolvam todos numa lógica futura. Ainda bem que, 49 anos depois, pela primeira vez, conseguimos ter uma iniciativa deste tipo, promovida no nosso município, mas que de futuro se continue a fazer um trabalho e que se continue a defender e a ouvir as pessoas, e envolver também todos nesta voz. Como eu disse, há pouco, com politiquices à parte, mas sobretudo a trabalhar juntos para a construção de um município cada vez melhor. Obrigada.»

**Sérgio Louro, CHEGA:** (01:32:44”)

«Sr. Presidente. Uma interpelação à Mesa, por favor.

Senhor Presidente, ou eu entendi mal, mas creio que ouvi Senhor Presidente a chamar a atenção que o PAOD devia ser usado para assuntos de interesse para o município. Parece-me que acabei de ouvir aqui uma síntese do relatório da atividade. Obrigado.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (01:33:12”)

«Sérgio foi um misto. E sendo um misto, a Mesa não vai tirar a voz a ninguém, OK? A Mesa não vai tirar a voz a ninguém ou vai procurar não tirar a voz a ninguém, está bem? E esse foi o entendimento da Mesa. Obrigada.»

**José Pinto Reis, UPF:** (01:33:45”)

«Sr. Presidente... é no sentido de clarificar. Boa noite a todos. É no sentido de clarificar que aquilo que foi expresso na intervenção de Ana Raquel Simões não está englobada na

atividade municipal, que faz parte do relatório que vamos discutir no ponto oitavo. Por isso, tem todo o cabimento, porque o relatório abrange até dia 15 de março e todas as atividades que foram referidas são posteriores a essa data. Muito obrigado.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (01:34':11")

«Obrigado. Há mais interpelações à Mesa. Muito bem, então vamos continuar. Muito obrigado. Peço, então, não sei, ao Augusto... ah é a Mariana, ainda falta a Mariana. E eu aqui a dizer que não tirava a voz a ninguém e ia tirar a voz a Mariana. Mariana, não te faço isso. Força.»

**Mariana Silva Lopes, UPF:** (01:34':38")

«Muito boa noite. Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e Mesa. Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal e Vereação. Excelentíssimos membros desta Assembleia. Excelentíssimo Público aqui presente e todo aquele que está nas suas respetivas casas a assistir via streaming.

A minha intervenção prende-se com a Sessão Extraordinária Evocativa, na passada terça-feira, dia 25 de Abril. A maioria de nós que estamos aqui presentes hoje reuniu-se também aqui neste Salão Nobre, numa sessão extraordinária evocativa do 49º aniversário do 25 de Abril de 74. E devo dizer que foi com um enorme orgulho e satisfação que, na qualidade de membro desta Assembleia Municipal, pude assistir a esta comemoração.

A Revolução de Abril, os seus valores e os seus princípios não podem ser dados como adquiridos, tal como foi dito aqui também nessa sessão. Há que estar permanentemente atentos e vigilantes, porque os tempos são perigosos para a democracia, para os valores democráticos e para quem os defende.

Assisti também, com bastante emoção até, às intervenções dos nossos três jovens em representação dos três Agrupamentos de Escolas do Concelho. E queria aqui reiterar o quão importante e fundamental para a saúde democrática da nossa sociedade é despertar neles o gosto pela política, pelo envolvimento no movimento associativo e pela intervenção pública. É realmente de extrema relevância formarmos jovens conscientes e muito bem informados, com sentido crítico e com poder argumentativo, que possam fazer face às constantes ameaças populistas que se escondem, ou até já nem se escondem muito, não é, em cada esquina, fazendo-nos recordar a permanente necessidade de cumprir Abril. Só com jovens bem preparados seremos consequentes na luta contra os discursos de ódio, oportunistas e demagógicos que ameaçam os valores da liberdade, do respeito e da tolerância.

Dito isto, gostaria só de deixar aqui um sublinhado e um pequeno apontamento. Sublinhar a importância da sessão extraordinária evocativa da passada terça-feira. Isso é inequívoco. Gostaria de deixar um apelo a esta Assembleia no sentido de, em conjunto, possamos proceder a algumas alterações ao Regimento desta Assembleia Municipal, no sentido de legitimar e afastar quaisquer dúvidas sobre a legalidade da mesma, não a deixando dependente de um entendimento informal entre os diferentes líderes e dando-lhe a base legal que a tornará mais forte, mais robusta, como se exige numa democracia perto dos 50 anos, como a nossa. Obrigada.»

**Augusto Rocha, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação:** (01:38':05")

«Boa noite, Senhor Presidente. Boa noite a todos. Em primeiro lugar pedir autorização aqui ao nosso Presidente da Mesa porque não sei se posso falar em público, ou não, porque sou Presidente da Junta. Não sei se me é possível fazer intervenções políticas em praça pública. Como eu não me posso dirigir ao público no PAOD e a pessoa que fez a intervenção relativamente à Gafanha da Encarnação também já não está cá, vou fazer um esclarecimento ao nosso Presidente da Câmara, aqui, nesta Assembleia.

Relativamente aos aspetos abordados, era só para dizer que como a Gafanha da Encarnação está com uma intervenção profunda em saneamento, eu andei com o meu jipe particular, com o diretor de prova de Aveiro Spring Classic, pelas ruas da Gafanha da Encarnação a arranjar percursos alternativos para a prova passar, sem ninguém se magoar.

A zona por onde eles queriam passar era junto ao Caminho do Praião, mas não dava com as estações elevatórias e com todo o buraco que lá anda por causa do saneamento. A melhor solução foi por onde nós decidimos passar a prova e o conhecimento do diretor geral da prova no estado em que estava precisamente essa tal curva que foi focada aqui.

Também serve para esclarecer - eu depois farei isso pessoalmente com o senhor que abordou o tema nesta Assembleia - que a retificação das sarjetas são da exclusiva responsabilidade do empreiteiro da obra de saneamento. Não são da Câmara Municipal, nem são da Junta de Freguesia.

No entanto, como numa curva bastante apertada estava lá uma sarjeta muito complicada para os ciclistas, a Junta procedeu a essa retificação para minimizar ali algum acidente. Mas não vamos alcatroar estradas, nem fazer trabalhos de empreitadas.

Como não posso dar uma resposta diretamente ao público fica o esclarecimento ao nosso Presidente da Câmara e ao seu Executivo. E não sei se poderei vir cá mais vezes, mas enquanto ninguém me calar a boca.»

**Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo:** (01:40:48")

«O Augusto tinha dito que era 40 segundos, já me roubou uma porrada de tempo. Disseste 40 segundos. Vá-se lá confiar no Presidente da Junta.

Meus caros. Boa noite a todos.

O que me traz cá hoje são dois assuntos que dizem a respeito à Freguesia do que Gafanha do Carmo, como é óbvio.

Primeiro assunto, mais simples, mas de enorme importância. Queria questionar o Senhor Presidente João Campolargo em que ponto se encontra o projeto da creche da Gafanha do Carmo. No início do ano, mais precisamente no dia 30 de janeiro tivemos um plenário extraordinário do CLAS, sobre este assunto. Após essa reunião, conversei telefonicamente com a Senhora vereadora Mariana Ramos sobre o assunto e ela comprometeu-se a dar nota assim que soubesse da aprovação, ou não, da candidatura que a Câmara submeteu para a futura creche do Carmo. Como devem calcular este projeto é de extrema necessidade e importância para a Freguesia. Honra seja feita à Associação de Pais que tem vindo a trabalhar nesta questão há muito tempo. Já no anterior mandato, o vereador Tiago Lourenço tinha pegado no assunto. Havia o compromisso de resolver durante o mandato de 2021- 2025 e de encontrar solução. De facto, as pessoas do Carmo estão ansiosas por respostas. Portanto, caro Presidente agradeço que faça um ponto da situação, não só para meu conhecimento, mas principalmente para quem nos acompanha, hoje, lá em casa, pois eu garanti que ia fazer essa questão.

Segundo assunto, este mais sensível e, quanto a mim, completamente desnecessário. Repito, completamente desnecessário. Mas como sou a voz da minha Freguesia não posso deixar que se continue a faltar à verdade. Passo a explicar.

A Câmara Municipal de Ílhavo, em reunião realizada a 6 de abril nas instalações da minha Junta de Freguesia, aprovou a abertura de concurso público para o Centro Cívico da Gafanha do Carmo. Fantástico! Finalmente! Dou os parabéns a este Executivo por ter avançado com este concurso, pois é uma obra mais que necessária para a Freguesia e há muito tempo reivindicada por mim e pela população.

O vereador Sérgio Lopes, na altura, disse que o meu antecessor também o reivindicava. Não me lembro tanto, não concordo assim tanto, mas de uma coisa sei: vocês, Partido Socialista, tinham isso no vosso manifesto eleitoral. Nós também tínhamos. O 'Unir' não sei se tinha isso no manifesto, não sei.

Mas pronto, esta obra irá trazer melhores condições para a realização da Festa da Padroeira e outros eventos que possam acontecer. Irá trazer estacionamento que tanta falta faz, e irá trazer, principalmente, segurança ao centro da freguesia, onde estão concentrados os edifícios escolares. Até aqui tudo bem. Até aqui estamos todos de acordo.

No entanto, eu, que já tinha dito tudo a quem tinha que dizer, nomeadamente ao senhor vereador engenheiro João Semedo, vi a reunião do dia 6 de abril calado e sem tecer qualquer comentário, sou agora obrigado a voltar ao assunto para repor a verdade e dizer tudo o que penso do projeto que escolheram para o Centro Cívico da Gafanha do Carmo.

Vamos por partes. Não fulanizando a questão e focando-me apenas nas ideias.

Como vimos no discurso do movimento 'Unir Para Fazer', no feriado de 25 de Abril, em que ouvimos expressões como, passo a citar, "a liberdade de expressar as nossas ideias em público" ou "o direito de dizer o que bem entenderem" ou "quando se limita o que se pode dizer é cortar a liberdade de expressão". Fim de citação. Estas ideias do dia 25 de Abril contrariam completamente as ideias que o movimento 'Unir Para Fazer' - chamo novamente a atenção para a não personalização, mas sim para as ideias - disse no dia 22 de abril, três dias antes, no programa da Rádio Terra Nova, que passo a citar: "os presidentes de Junta devem ter recato e alguma reserva e deixar a oposição para os políticos". Fim de citação. Mas afinal, quais são as ideias que o movimento 'Unir Para Fazer', defende? É a liberdade de expressão ou recato ou a reserva? Em que ficamos? Em três dias mudam de ideias. E mais... deixar a oposição para os políticos? Então?! Não inclui os cidadãos que fazem parte dos movimentos cívicos? Aqueles que dizem que não são políticos? Aqueles que fazem questão de separar as águas dos partidos políticos? Pergunto, vocês não têm direito a fazer oposição? Eu acho que sim, mesmo. Mas quem viu as ideias no sábado fica na dúvida.

Meus caros, nós, Presidentes de Junta, não fazemos oposição. Nós defendemos as nossas terras, as nossas gentes, as nossas ideias, algo que eu aprendi e admirei durante oito anos com o Presidente Campo Largo quando era meu colega. Nós estamos legitimamente mandatados para defender, até que a voz nos doa, as vontades e as necessidades das nossas gentes. Fomos escolhidos para tal e temos essa obrigação. Por favor, meus caros, por favor... Onde fica aquela afirmação no dia 25 de Abril proferida pelo movimento 'Unir Para Fazer'? Passo a citar: "não concordo com o que dizes, mas defenderei até à morte o direito de o dizeres". Fim de citação. Mas continuando. Nas ideias do discurso, do 25 de Abril, do movimento 'Unir Para Fazer' o limite da liberdade de expressão era a calúnia, a ofensa. Agora pergunto eu ao movimento 'Unir Para Fazer', porque não puseram isso em prática no sábado, dia 22? Porque não se limitaram a dizer a verdade. Porquê? Porquê, pergunto eu? Por que acusam o PSD de desonestidade política e vem afirmando na Rádio Terra Nova mentira de todo o tamanho. Porque acusam a vereadora Fátima Teles de menina de recados, quando ela só faz o trabalho dela e ouve os Presidente Junta. Isso para mim não é ser menina de recados, é servir a causa pública, é levar os assuntos que nos preocupam para os locais onde nós não temos assento. Foi para isso que todos os vereadores foram eleitos: dar voz ao povo. Pelo menos é o que eu acho.

Mas voltando à falta de verdade proferida pelo movimento 'Unir Para Fazer' no sábado passado. Passo a citar. "O centro cívico da Gafanha do Carmo, quando chegámos à Câmara, só tinha um desenho que nem estudo prévio era". Eu não tenho fotografias como ali o Sérgio Louro. Mas tenho aqui o estudo prévio, datado em maio de 2020. A citação: "o Centro Cívico da Gafanha do Carmo, quando chegámos à Câmara, só tinha um desenho que nem estudo prévio era. Já para não falar nos problemas que havia com a aquisição em que se avançou com o sinal, sem garantia de todos os documentos para a escritura". Fim de citação. Meus caros, só um desenho? Olhem... para já um desenho bem melhor que este Executivo camarário escolheu. Mas isso já lá vamos. Depois, o senhor vereador João Semedo, em reunião de Câmara do dia 6 de abril, disse que havia um estudo prévio. Portanto, entendam-se. Sabem, quando não dizemos a verdade fica mais difícil as ideias, as mensagens, baterem certo. Senhor presidente Campolargo foi você que deu esta informação? Eu quero acreditar que não, pois o senhor sabe perfeitamente que havia mais. E não creio que o senhor Presidente fosse faltar à verdade. Não creio mesmo. Mas eu esclareço tudo.

Quando chegaram ao poder já havia o que era desenho e afins. Em outubro de 2020 estava pronto o projeto de execução. E em março de 2021 tudo pronto para se lançar concurso com verba cabimentada. Está aqui a prova. Quando inaugurámos, a 28 de março de 2021, a Praça João Gonçalves, já tínhamos tudo pronto. Se na altura frequentassem a Gafanha do Carmo, teriam ouvido isto da boca do presidente Caçoilo. Sou portador desta informação há muito tempo, mas tive o cuidado de ontem me reunir com o presidente Caçoilo, de modo a confirmar tudo e onde ele me facultou muitos mais pormenores e documentos.

Agora a parte que afirmam que faltavam documentos. Verdade. É verdade. Faltavam documentos, nomeadamente das herdeiras em França, que o COVID dificultou e atrasou na obtenção dos mesmos. Mas já havia um contrato assinado de compra e venda. Já tínhamos sinalizado o negócio, já tínhamos posse administrativa do terreno e até já tínhamos demolido a casa. Mas há mais citações de sábado e passo ler. "Fomos nós que, após muito trabalho com situações dúbias, conseguimos resolver este processo". Esta afirmação é do movimento 'Unir Para Fazer'. Situações dúbias, o que é que pretendem dizer com isso? sejam claro, acusam-nos de quê? Sabem, eu entendo que uma pessoa para ser autarca tem de dizer a verdade, ser séria nas afirmações. Eu até compreendo que não se possa dizer a verdade toda, por vezes, é necessário guardar informação só para nós. Mas isso é diferente de afirmar completamente o oposto. Sejam honestos, devemos isso às pessoas, porque quando não somos sério e honestos nas nossas afirmações, e depois de descoberta a verdade, as pessoas têm todo o direito de pensar que se foi assim desta vez, pode ser assim em qualquer altura. Mas adiante.

Pois, bem, foi este Executivo que finalizou o processo. É verdade, agradeço por isso. Foi no dia 13 de maio de 2022, segundo informação do senhor vereador Semedo, que foi feita a escritura, porque certamente só nessa altura foi possível os herdeiros reunirem tudo o que era necessário. Nunca o problema esteve do lado da Câmara. Tivessem os herdeiros sido rápidos lá nas questões deles e a obra já estaria no terreno há muito tempo. E merecíamos muito, mesmo muito. Foram várias reuniões com os herdeiros até chegar ao valor final. Não foi fácil. Foi graças à grande capacidade de negociação do presidente Caçoilo que o negócio se fechou. Isso sim, isso deu muito trabalho.

Caros membros desta Assembleia, isto não é fazer oposição. Isto, o que eu aqui estou a fazer, é a defesa da verdade. Com factos, sem tretas.

Agora o desenho. O que eu vou dizer, volto a repetir, já o disse o engenheiro Semedo e ao Presidente Campolargo. O desenho e o projeto aprovado não servem a população do Carmo. Nós não concordamos e explicámos porquê. Se eu tivesse trazido a foto...

Ninguém, ou melhor, para não faltar à verdade, quase ninguém gosta daquele desenho. Quase ninguém aprova. Já mostrei a muita gente, por exemplo, a mordomos antigos, que mais que ninguém conhecem a logística dos eventos ou a pessoas da terra que lá vivem e conhecem a realidade e as necessidades. Este projeto é uma escolha deste Executivo camarário, totalmente legítima. Repito, é uma escolha deste Executivo camarário, totalmente legítima. São os donos de terreno e são eles que vão pagar a obra. Mas foi uma opção política deste Executivo mudar o que estava tão bem desenhado e projetado. Não foram os técnicos, não senhor. Porque os técnicos são os mesmos que tinham feito o primeiro desenho e projeto. Portanto, caro vereador João Semedo, não diga aqui como disse na reunião de Câmara que foram os técnicos responsáveis, não. Das duas, uma... ou desenharam mal ao início ou desenharam mal à segunda. Ou então, fizeram ao início o que um mandou e fizeram agora o que outro mandou. Assuma que quis mudar. Assuma que o projeto é seu, é vosso. Não é meu, não é das pessoas do Carmo. Dei-lhe inúmeras hipóteses para mudar. Cheguei até a fazer um desenho. Conciliava a sua visão com as nossas necessidades, mas o caríssimo foi intransigente. Afirmou também, na reunião de Câmara, que a maioria do que eu pedi foi absorvido. Caríssimo, sr. Vereador, sr. Engenheiro... do que eu pedi apenas reduziu o espaço verde em frente à Igreja, porque verificou, no local, que fazia todo o sentido o que eu estava a dizer. Sobre a barraca da quermesse já o senhor Padre Gustavo lhe tinha dado a dica. E eu reforcei a ideia. Mas onde discordamos totalmente, foi espaço verde que separa a zona da barraca da quermesse do arraial.

Tenho pena que não possamos projetar aqui a imagem desse desenho para os membros desta Assembleia visualizarem e perceberem o que estou a dizer. Tenho muita pena que tivesse terminado, assim, neste projeto que aprovaram. Perdi muitas tardes de domingo a falar com os herdeiros. Até no cemitério houve conversas. Ouvi muita gente do Carmo. Muita. Fui moldando a minha opinião e desenho, conforme ia ouvindo quem realmente conhece e sabe do que a Gafanha do Carmo precisa. Foi assim que chegámos ao primeiro projeto. Era um menino meu que agora vejo fugir e sofro, porque não consegui fazer ver a quem manda e pode como seria melhor outro desenho e outro projeto.

Tenho muita pena que tenha que expor aqui tudo o que falámos. Relembro que nas últimas mensagens que lhe enviei, rematei dizendo “nada mais, havia a dizer”, ia fazer, e vamos, ao trabalho que isso é que importa. Verdade, foi isso que eu lhe disse. Mas não podia deixar que a mentira e a difamação ficassem donas da verdade.

Presidente Campolargo. Peço imensa desculpa se não gostou do que eu disse. Acredito que o Presidente, no meu lugar, teria feito o mesmo para repor a verdade. Disse-lhe no discurso da minha tomada de posse, cara a cara, que acreditava que podíamos fazer coisas boas, mas que iria defender sempre a minha terra. Nunca seria o meu partido definir o meu rumo, a minha voz e já dei provas disso aqui, nesta Assembleia. Por isso, tinha que dizer isto. Era desnecessário? Era. Teria ficado entre nós? Teria. Mas quando a mentira quer substituir a verdade, não podemos ficar calados.

Do movimento ‘Unir Para Fazer’ fico à espera de um pedido de desculpas, a mim e à minha gente. Porque se alguém algum eu, aqui, ofender, caluniar ou mentir, serei o primeiro a assumir publicamente os meus erros. Não sou perfeito, ninguém o é.

Ao senhor vereador Semedo e o senhor presidente Campolargo, remato a minha intervenção como fiz na mensagem que enviei ao senhor engenheiro João Semedo: “já passou, não há volta a dar”. Ou melhor até há, haja vontade política. Mas vamos ao trabalho, vamos à parceria sincera e leal.

Esta é a minha maneira de mostrar respeito institucional pelos órgãos Câmara e, vós, Assembleia, por vocês, membros. E principalmente pelas pessoas que me elegeram.

Por mim dou por encerrado este assunto. Acredito que não seja preciso esclarecer mais nada. Aliás, agradeço que não seja preciso esclarecer mais nada.

Doutor Tróia, não foi uma lição, nem pretendia ser, como a sua na terça-feira. Mas foi sentida na mesma.

Portanto, meu caros, peço, por favor, que não metam mais areia na engrenagem da parceria institucional e Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (01:58:19”)

«Muito obrigado, Luís Diamantino.

Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, pedir para os elementos que tenham o vosso discurso escrito, que façam chegar, que facilita imenso o trabalho da Mesa e especialmente o núcleo de apoio.

E permitam-me também só esclarecer aqui uma situação à Mariana Lopes. Não há dúvida nenhuma e relativamente à legalidade da Assembleia Extraordinária do 25 de Abril. Eu convido-a a tomar conhecimento da lei 75/2013, de 12 de setembro, que define o Regime Jurídico das Autarquias Locais. Nada impede na lei, dentro dos limites existentes, que o Presidente da Assembleia Municipal convoque uma sessão extraordinária da Assembleia Municipal, conforme refere o artigo 20.º, ponto um: a Assembleia Municipal reúne em sessão extraordinária, por iniciativa do seu Presidente da Mesa ou após requerimento: a) do Presidente da Câmara Municipal, em cumprimento da deliberação desta; b) de 1/3 dos seus membros; c) de um número de cidadãos eleitores inscritos no recenseamento eleitoral do município, equivalente a 5% do número de cidadãos eleitores, até ao limite máximo de 2500. A Mesa ainda foi mais longe. Procurou a unanimidade em Comissão de Líderes. Obrigado. Senhor Presidente, por favor.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (01:59:52")

«Muito obrigado, Senhor Presidente.

Bem, eu iria fazer aqui poucas referências àquilo que foi dito no PAOD.

Realmente, às vezes, deveremos ficar com esta expressão: "acredito que não seja preciso esclarecer mais nada". E, portanto, o que foi dito é totalmente esclarecedor para toda a relação que se vive. E, portanto, temos que ter atenção a isso. Isso é que é importante.

Relativamente àquilo que me parece que o Sérgio Louro quer referir, tenho a informá-lo que tanto a Câmara Municipal, como mesmo as Juntas de Freguesia, nomeadamente a da Nazaré, têm notificado as operadoras para este problema que se vive no nosso território. Nós, como sabe, para qualquer operação, temos que dar permissão para que ela seja feita e, portanto, temos os contactos privilegiados dessas pessoas. Irei mandar reforçar isso no sentido também de salvaguardar isto.

Relativamente ao senhor Luís Leitão, não terei nada a dizer.

Ao senhor Pedro Martins, também não terei nada a dizer.

Relativamente à Raquel, não terei nada a dizer.

À senhora Mariana também não.

Ao senhor Augusto Rocha, relativamente às interrelações, agradeço essa referência aos trabalhos que estão a decorrer. É uma nota importante, o acompanhamento desses trabalhos que mostrou essa dignidade perante todos de acompanhamento, de presença e de participação na obra, conhecendo a obra com todos os detalhes que nós sabemos. E o meu vereador pode testemunhar isso também.

Relativamente ao Luís Diamantino. Pois... esclareceu aqui aquilo que sente, aquilo que pensa. Ficamos também com essa referência para memória futura nas atas desta câmara. Obrigado, senhor Presidente.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (02:01:43")

«Muito obrigado, senhor Presidente.

Abria então a segunda ronda de inscrições. Portanto, o CHEGA já não tem tempo, já esgotou. Já esgotou seu tempo.

Do PS quem é que se inscreve? Pedro Martins e Luís Leitão.

Do 'Unir'? Portanto, Pedro Cristo e Rui Rufino.

Do PSD? Margarida Alves e o Luís Diamantino.»

**Pedro Martins, PS:** (02:02:59")

«Muito obrigado, senhor Presidente.

Bem, eu pedi ao Senhor Presidente para esclarecer os munícipes que hoje, hoje neste mandato, até nos veem em direto em casa - não é propriamente uma questão para ser respondida a mim, porque eu, enfim, penso que não tenho dúvidas e o seu silêncio é eloquente - eu não tenho dúvidas da estratégia que o 'Unir' que desenhou e começou a implementar.

Gostava era que o senhor Presidente respondesse e explicasse aos munícipes qual é a sua posição acerca do tal bloqueio. O senhor Presidente teve os orçamentos aprovados, o senhor

Presidente teve as taxas de IMI que queria, as taxas de impostos municipais que queria e o IMI também. O senhor Presidente teve a participação no IRS que queria. O senhor Presidente teve tudo. Tudo. Tem todas as condições para governar. Portanto, eu gostava que explicasse aos munícipes, aos ilhavenses a que bloqueios é que se refere. Bom era só isso. Mas não precisa de me responder a mim, senhor Presidente. Responda aos munícipes que o elegeram.

E o Luís Leitão também colocou uma questão que também acho que merece resposta. Até foi uma questão talvez mais objetiva sobre o porquê de ter sido o 'Unir' o último a falar. Mas eu, enfim, sobre isso não penso que o facto de ser o primeiro ou o último, não creio que tenha grande relevância para o caso, porque o que interessa é aquilo que as pessoas dizem. Se o dizem primeiro, último lugar... olhe, eu, com franqueza, sobre esse aspeto, até talvez seja melhor nem me pronunciar. E também não tenho essa legitimidade, verdade seja dito.

Agora foi colocada uma questão pelo Luís Leitão e talvez todos merecessem um esclarecimento da parte do senhor Presidente. Muito Obrigado.»

**Rui Rufino, UPF:** (02:04':54")

«Boa noite a todos. Hoje nem estava para vir falar, mas acho que devo vir aqui esclarecer uma ou duas coisas.

Já agora, aproveito que venho aqui, para chamar a atenção da importância da normalidade que se está a estabelecer aqui com as intervenções do público. Alguma coisa deve estar a ser bem feita relativamente à vivência democrática e à transparência da nossa governação, para que cada vez haja mais à vontade para a participação das pessoas nesta Assembleia. Esperamos que assim continue.

Uma segunda nota. Às vezes somos chamados à atenção, eu, especialmente, por, em quase todas as comunicações que faço, explicitar o nome 'Unir Para Fazer'. Penso que tenho que continuar a insistir porque pelos vistos há pessoas que ainda não perceberam o nosso nome, ainda não sabem. Portanto, eu tenho que continuar a insistir no 'Unir Para Fazer'.

E finalmente o mais importante, aquilo que me traz aqui agora.

É clarificar uma ideia... eu agradeço antes de mais nada, o facto de terem escutado, com muita atenção, o nosso discurso 25 de Abril. Fico muito grato por isso. Aquilo que foi falado diz respeito a cargos, não diz respeito a pessoas, não diz respeito a fulanização nenhuma, a personalização nenhuma. Nunca se pretendeu ofender ninguém. Diz respeito a cargos e quando se fala de cargos, fala-se de ideias, as ideias que nós temos sobre os cargos. É sobre isto apenas me resta explicitar duas frases que eu queria aqui deixar.

Primeira frase: "O Senhor Presidente deve ser o garante do bom cumprimento do Regimento. Lamento que não tenha despedido a camisola do seu partido".

Segunda frase: "O Presidente da Assembleia está a tentar conquistar um espaço para poder, dessa forma, ter um trampolim para outra aventura política".

Duas frases que poderiam andar aí na corda bamba, na comunicação social, e a pôr tudo em causa, mas são duas frases que não são minhas, e que eu não diria.

A primeira frase é de Joaquim Pinto Moreira, ex-deputado do PSD eaA segunda frase é de Luís Montenegro, líder do PSD, sobre o atual Presidente da Assembleia da República, Augusto Santos Silva. Portanto, nós apenas pedimos a mesma coisa, apenas pedimos imparcialidade. Foi isso apenas. Não houve qualquer intenção, nem há qualquer intenção. Era o que mais faltava haver uma intenção de calar alguém. Pedimos imparcialidade e não que se faça oposição partidária nesses cargos. Foi essa apenas a nossa ideia, aquilo que foi proferido, imparcialidade. A imparcialidade quando nasce é para todos.»

**Pedro Cristo Graça, UPF:** (02:08':24")

«Ora, boa noite a todos. Não cumprimentei há bocadinho, foi uma interpelação à Mesa.

Agradeço a resposta do senhor Presidente relativamente à sua interpretação do Regimento. Eu não tenho a mesma opinião, mas ainda bem que passámos o 25 de Abril e temos direito a ter opiniões divergentes.

Gostaria de assinalar aqui, neste Período de Antes da Ordem do Dia, quase que atípico, caricato. Alguém falou aqui em 15 ou 16 anos. Mas hoje o elevador não foi um problema trazido, uma preocupação. Esperemos que assim aconteça. Nem quero saber o que é que a Câmara fez ou deixou de fazer, ou quem fez. O que importa é que esteja a funcionar. É isso que nós, munícipes, queremos, é que as coisas estejam resolvidas.

Segundo, como vizinho e quase habitante de lá, mas vizinho, não queria deixar de congratular todos os habitantes de Vale de Ílhavo pela, digamos assim, atribuição pela Associação do Turismo de Aldeia para ser uma Aldeia de Portugal. Acho que é uma situação que deveríamos capitalizar. Eu sou franco, sabia que havia alguns movimentos nesse mesmo sentido, não foi

total surpresa, mas devíamos capitalizar essa situação. Nós, como munícipes de Ílhavo e vangloriáramos por esse trabalho feito pelo Município. E não estou aqui a dizer que isto já começou no tempo de não sei quê. Não me interessa. Temos que nos congratular pelo trabalho que está feito e o objetivo que foi atingido.

Outro ponto que queria aqui falar era congratular o Município pela perspetiva que teve de colocar nadadores salvadores no período de Páscoa. Eu penso que se calhar as quatro pessoas que tiveram os incidentes na nossa Praia da Costa Nova, penso que dos quatro, três saíram pelos seus meios, mas uma jovem de 20 anos poderia não estar cá, neste momento. E se calhar, há pequenas coisas que são mais importantes do que Pirâmides de Gizé que andamos aqui muitas vezes a apreçoar que queremos. Mas falta esse olhar para outras coisas.

Queria congratular o Município pelo facto de ter tomado uma estratégia - que não começou neste Executivo, já vem anteriormente, mas reforçou - de alguma prevenção/segurança rodoviária nos nossos lugares. Eu não tive experiência autárquica, nem de campanhas autárquicas, a não ser esta, mas uma das coisas que mais ouvia, quando estava na estrada, era as pessoas queixarem-se da velocidade com que os carros passavam dentro das localidades. Este trabalho está a ser desenvolvido com lombas. Eu sei que não é perfeito. Já ouvi muitas queixas porque a água entra para ali, entra para acolá, mas quem não faz nada não tem problemas nenhuns. Por isso, se temos problemas vamos corrigi-los e vamos avançando. Se calhar, todos nós nos lembramos há uns 10 anos da famosa lomba da Gafanha do Carmo para na Boa Vista, para a Vista Alegre. Aquilo partia cárteres que era uma maravilha. Depois foi corrigida e, hoje, é uma lomba que controla. O trabalho que foi feito no anterior Executivo na Gafanha de Aquém já foi com este intuito e este Executivo continuou. Congratular o Município, independentemente de quem tenha feito.

Queria reforçar uma situação que é o Orçamento Participativo que fecha no dia 30. Hoje é 28. Temos pouco mais de 48 horas para apresentar. E porque é que eu trago aqui o Orçamento Participativo? Nós fizemos aqui uma festa enorme pelo facto de termos aqui o orçamento participativo pelo primeiro ano. Tendo noção de que nas escolas a participação dos mesmos, das pessoas, foi interessante. As pessoas, nas escolas, de certa forma, se calhar incentivados pelos professores, foram. Eu não tive oportunidade de ir às outras Juntas de Freguesia, mas tendo ido à Junta de Freguesia da minha residência não deixei de registar que estava na plateia, o senhor Vereador Sérgio Lopes, o Senhor Assessor do Senhor Presidente, o Senhor Presidente da Junta, eu, como membro desta Assembleia, duas técnicas da Câmara que estavam a apresentar e penso que uma ou duas pessoas só que estavam ali para ouvir. Faltou-nos qualquer coisa. Não passámos a mensagem às pessoas. Não sei se já há ou se vão existir muitas propostas. Espero que sim. O que é certo é que apelava, temos 48 horas, às pessoas que estão nos estão a ouvir. Investiguem, vejam o que é que podem fazer com o montante que foi aprovado nesta Assembleia para que as pessoas, autonomamente, proponham situações para a nossa Comunidade. Por isso, aproveitem porque se for bem aproveitado com certeza que para o ano o senhor Presidente aprovará valores muito mais interessantes.

Outra situação que vos queria falar era é sobre o investir mais. Neste momento, estamos num período de abertura do PT2030, de projetos para 2030. Os projetos entram, por via 2030, diretamente na Câmara Municipal ou entram via CIRA, e chama-se 'Investir +'. Estamos a falar à volta de pouco mais de 100 milhões de euros que são para a CIRA e são para os Municípios da CIRA que são 11, e onde será importante ir buscar valores para que seja possível fazer investimento.

Tecnicamente, queria-vos só dar uma nota que é o seguinte. Desde que foi fechado o PT2020, e muito bem, as pessoas do PSD fazem referência que existem várias candidaturas, muitas candidaturas e as candidaturas foram devidamente apresentadas, com um nível de execução muito grande. E a partir de fecho do PT2020, temos neste momento o PRR e a seguir, vamos ter o PT2030. Portanto, o PRR está na situação que sabemos. O PT2030 ainda vai abrir. Por isso, neste momento, quando se pergunta e para termos um bocadinho de noção, já agora, se houve algumas transcrições daquilo que se falou no Discurso Direto, quando se perguntou à representante do PSD se já vê o UPF ou se já vi-a o trabalho do UPF, a resposta diz "não, agora é que é o momento de facto, porque agora é que existe o PRR e agora é que existe um financiamento e se pode ir lá buscar o dinheiro". Por isso, só pode ser agora. Era só obrigado.»

**Luís Diamantino, Presidente da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo:** (02:15:41")

«Nem precisa contar o tempo. Era só mesmo a questão da creche, senhor Presidente. Era só mesmo a questão da creche.»



**Margarida Alves, PSD:** (02:16:08")

«Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Ílhavo. Senhor Presidente da Câmara. Nas vossas pessoas cumprimento os membros da Mesa e os excelentíssimos Vereadores e os membros da Assembleia Municipal. Estimado público. Comunicação social. A todos, boa noite.

Hoje não poderia deixar de dizer duas frases.

Quando se fala em moças de recado, calúnia, o que será? Recato, nestas palavras, onde está?

A falta de respostas do senhor Presidente de Câmara, às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal, preocupam-me e mostra um desrespeito por quem nos elegeu. O que ficou do 25 de Abril, pergunto, eu? Senhor Presidente de Câmara, é altura de responder a 18 meses de governança.

Vou finalizar a minha intervenção com as palavras de Natália Correia: "o que resultou do 25 de Abril foi a capacidade das pessoas se organizarem, não esquecendo que a classe política é necessária". Ela existe e tem defeitos, temos os partidos, há muitos defeitos. Tem também uma outra qualidade e uma delas é cumprir a Constituição e termos regras e cumprimos as mesmas. Obrigada.»

**António Flor Agostinho, PSD:** (02:16:08")

«Bem, eu vou ser muito curto. Eu tinha aqui três ou quatro pontos, mas os pontos podem passar para o ponto 8.

Eu queria-me solidarizar com o Luís Leitão porque o Luís Leitão tem toda a razão. Há aqui uma alteração da práxis democrática que sempre foi utilizada nesta Assembleia e lembrar que no dia 30 de março a Câmara Municipal fez uma reunião extraordinária para aprovar o acordo a celebrar com o Ministério da Saúde. Portanto, também podíamos ter feito a mesma coisa na Assembleia Municipal. Temos aqui dois pesos e duas medidas.

Depois também solidarizar-me com o Pedro Martins porque não foi respondido o que aqui foi dito? Não foram respondidas as questões que foram colocadas. Isto começa a ser inadmissível e hoje ficou provado de que há qualquer coisa que está a mexer com o Movimento. O Movimento não está tranquilo. As pessoas do Movimento não estão tranquilas. A terceira questão, é só para dizer, e parafraseando alguém, um elemento do PS, que uma vez na televisão disse que, de vez em quando, os elementos do PS têm umas arruaças que vem lá da Sibéria. E depois não dizem bem aquilo que o PS pretende, parece que isto também se está a passar no Movimento, em Ílhavo. Tenho dito.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (02:19:10")

«Muito obrigado, senhor Presidente.

Acho que esta gente está um bocado nervosa e tem que falar alto para se fazer ouvir. Não é a minha questão, é a minha boa disposição, e, portanto, gostava que toda a gente vivesse como eu, bem disposto, entregue à causa para a qual fui eleito, sem preocupações de maior. Se calhar andam aí em alguns kartings e aprenderam aqui alguns modelos diferentes para circular nas estradas. Depois desaparecem, depois aparecem, falam, não falam... eu vou dando vida ao povo e vou sentindo isso.

Por vezes também não posso ficar indiferente a algumas coisas.

Se a Margarida registar tudo o que disseram, se calhar, não há uma resposta única para dar. Peço-lhe desculpa, pode ter a razão toda, mas não fale da forma que fala, porque o respeito também tem aqui...

Muito bem. Relativamente às questões anteriores, eu daria nota, uma vez que senhor Pedro Martins voltou a referir isso mesmo. Tomámos a decisão que tomámos. Normalmente, o partido que estaria no poder teria sempre a parte final do discurso. O que vale é o que o senhor disse, e agradeço muito as suas conclusões, porque concluíram claramente aquilo que era preciso concluir. E para quem nos está a ouvir, ficou esclarecido.

Relativamente ao senhor Rui Rufino, não tenho nada a dizer.

Agradeço muito as referências também que foram feitas por todos os que entrevistaram neste momento, porque não me vou lamentar, mas vou aprendendo com estas coisas também a gerir melhor o meu esforço. O meu esforço, se calhar, tem que ser entregue para outras coisas e não para estas. Portanto, vou andando por aí a gerir o meu esforço de outra forma.

Deixava duas notas importantes sobre aquilo que nós, efusivamente, muitas das vezes, tentamos viver relativamente àquilo que é aprovado nesta Assembleia.

O orçamento participativo seria guerra de muitos durante anos. Fui a algumas sessões de esclarecimento, algumas sessões de apresentação de propostas. Ainda hoje, no Carmo. Fico contente por já saber que há oito. Só amanhã é que fecha, se calhar vai ser notório o esforço. Aproveitámos os meios de comunicação disponíveis para fazer essa divulgação. Há um valor orçamentado para que possamos fazer a divulgação, dentro daquilo que foi o valor que foi aprovado aqui. Teremos depois oportunidade de fazer essas obras dentro do prazo limite que está estabelecido.

Relativamente àquilo que o Luís Diamantino, e bem, refere. Todas as referências que fez, acho muito bem que as continue a fazer, ficam-lhe bem. Também vamos aprendendo a trabalhar, de outra forma, os dois, com uma responsabilidade diferente do outro, não deixando de ser autarcas no mesmo Município. Relativamente à creche, nós, depois de formalizarmos aquilo que foi a nossa conversa, tentámos que um projetista nos acompanhasse nessa intenção de fazer a creche no Carmo, mas deparámo-nos, no processo de candidatura, que o registo dos terrenos não estava em nosso nome. E, portanto, tentámos, também dessa forma, fazer a candidatura, mas foi chumbada a primeira vez e foi chumbada a segunda vez. Mas vamos avançar com o projeto. O projeto teve já duas reuniões, teve uma reunião com a Segurança Social e, portanto, vai ser uma realidade a creche no Carmo. É isso que nós queremos.

Paralelamente, na Gafanha da Nazaré também tentámos a mesma situação com a Obra da Providência e também foi indeferida a obra. Portanto, estamos a acompanhar também esse processo.

Às vezes estamos distraídos, outras vezes estamos dentro das coisas. Agradecendo e não esquecendo todas as suas referências que estão aqui, numa folha, todas elencadas. Nunca me esquecerei disso. E, como disse, ficará para registo futuro das nossas vidas.

Depois, uma nota também importante. Acho que sim, podemos falar aqui um bocadinho sobre estas referências daquilo que é o PRR e do Portugal 2030, percebendo também a sua participação na Assembleia Regional Intermunicipal. Os desafios são muitos, o dinheiro é pouco. Todos os municípios se queixam disso. Vamos ver se o programa Mar 2030 também traz aí algum dinheiro para nós. Vamos tentar que o GAC [Grupo de Ação Costeira] e que a GAL [Grupo de Ação Local] também possam ser opções para financiamento. Nós, em termos de alterações climáticas, a preparação e defesa do nosso território terá que ser por essa via. Deixámos algumas coisas fora do pacto. O pacto tem uma abertura para 104 milhões de euros naquilo que é a CIRA. Validando aquilo que já disse do Presidente anterior da Câmara, que esteve aqui e que hoje está em Aveiro, é um excelente negociador. Portanto, esperamos que os municípios da CIRA, os 11 municípios, tenham mais benefícios do que aquilo que nos foi apresentado. É essa a nossa luta.

O Município de Ílhavo, na sua sessão de apresentação - onde estiveram alguns dos elementos que estão aqui, recorde-me do André, recorde-me do Tiago, do Sérgio Lopes - tem uma perspetiva de investimento que poderia chegar, disse o senhor Presidente da CIRA, disse-o na altura, aos 95 milhões. O que nós estávamos a apresentar absorviam todo o quadro que tínhamos. Mas nós temos essa perspetiva porque estamos a gerir um orçamento. Veremos, nesta reunião de aprovar o relatório de contas e vamos ver aquilo que é a realidade das nossas contas, o que é apresentar um orçamento que é previsional, mas que se torna realista no seu final, com as revisões, claro, como agora vamos trazer também uma. Mas vamos trabalhar desta forma. Acredito que as pessoas irão reconhecer esse trabalho, como reconheceram dos outros autarcas anteriormente. Beliscando naquilo que é preciso, muitas das vezes aquilo que foi o profissionalismo ou não profissionalismo de quem esteve na rédea dos destinos da Câmara. Mas estaremos aqui para levar até ao fim a nossa missão. Muito obrigado a todos.»

### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (02:25:43")

«Muito obrigado, senhor Presidente.

Antes de terminar este ponto, julgo ser importante o Presidente da Mesa da Assembleia prestar aqui um esclarecimento, no seguimento daquilo que aconteceu no tão falado programa de rádio Discurso Direto.

Senhor Rui Rufino, o senhor não percebeu nada do meu discurso no feriado municipal. Não percebeu. Eu aconselho a pedir a alguém que lho leia e que lhe explique, porque não há aqui, em qualquer momento, qualquer, um bocadinho de parcialidade.

Eu fiz aqui, estive a fazer, um bocado de trabalho de casa e vou lhe dizer quais foram os pontos que eu toquei no meu discurso do Feriado Municipal.

Não posso admitir que alguém acuse e que passe mais de meia hora, meia hora, num programa de rádio, a falar do Presidente da Assembleia Municipal.

Portanto, o meu discurso do Feriado Municipal. Primeiro, se quiser pode tomar notas, comecei por mencionar que Abril é o mês da democracia e da liberdade. Depois mencionei o poder local como a mais nobre e valiosa expressão da democracia. Depois falei das atividades da Assembleia Municipal de Ílhavo, falei da Assembleia Municipal Jovem, falei do envolvimento que procuramos com a Comunidade, falei da transparência e da unanimidade dos líderes. Ouvia isso? Percebeu isso? Não me parece.

Depois disse também que as atividades da Assembleia Municipal de Ílhavo são sinónimo de vontades coletivas na defesa da valorização da democracia local. Está lá escrito.

Depois disse também que, sendo o Feriado Municipal o Dia do Município e da Municipalização, e sendo a Câmara Municipal de Ílhavo e a Assembleia Municipal - não é a Mesa, é o senhor também, é a Assembleia Municipal de Ílhavo - a representatividade máxima do Município, a Assembleia devia ter sido sondada ou auscultada pela Câmara na organização desse Feriado Municipal.

Também lhe posso dizer outra coisa, pode perguntar ao seu líder, e é pena o senhor não ser líder - o senhor não é líder do seu grupo - mas pode perguntar ao seu colega de bancada, se houve alguma temática, alguma iniciativa levada a cabo por esta Assembleia Municipal onde a Câmara não tenha sido ouvida. Mas pode confirmar com o seu líder, está bem?!

E terminei o discurso assim: "o caminho é duro e complexo. Lutemos em conjunto. É para isso que cá estamos, para trabalhar em conjunto".

Muito bem. Proponho um intervalo, exatamente, até 10 minutos.»

**Interrupção dos trabalhos às 23:28.**

**Os trabalhos da sessão foram retomados às 23:39.**

**Período da "Ordem do Dia"**

**Ponto 1.** "Descentralização: Auto de transferência de competências na área da Saúde".

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (02:38:43")

«Meus senhores, vamos reiniciar os trabalhos depois deste breve intervalo.

Concluimos então o Período de Antes da Ordem do Dia.

Entramos, assim, na ordem de trabalhos desta Sessão Ordinária de abril.

Vamos iniciar pelo Ponto 1, "Descentralização: auto de transferência de competências na área da saúde". Convido o senhor Presidente da Câmara a apresentar o ponto.»

#### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (02:39:12")

«Obrigado, senhor Presidente. Agradeço também os esclarecimentos que fez à Assembleia sobre a nossa ordem de trabalhos.

Começamos por este ponto uma vez que, no próximo dia 1 de maio, a Câmara Municipal, efetivamente, assume a transferência das competências na área da saúde, com todas as reuniões preparatórias que já existiram.

O documento, o Auto, está na posse de todos os deputados municipais. Penso que está claro o valor que irá depois para as transferências no nosso documento de apresentação de contas, portanto, são 444.168,24 euros. Um bocado diferente daquilo que teria sido a perspetiva do valor apresentado no ano passado. Foi a intervenção da Associação Nacional de Municípios Portugueses que fez com que esta revisão de valores, nesta área, fosse para um valor superior, e o entendimento do Governo que deveria ser feito dessa forma.

É evidente que a Câmara Municipal de Ílhavo, para assumir esta responsabilidade, teve também que levar este assunto à reunião da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, porque havia o compromisso de todos os 11 Presidentes da Comunidade que não iríamos aceitar enquanto esta revisão de valores não fosse feita. Após apresentação do diploma e validação disso ficou o campo aberto. Não teríamos tomado esta decisão se não fosse o Município de Ílhavo a apresentar isso como ponto de discussão na ordem de trabalhos, na reunião. Portanto, foi validado por todos os meus colegas. Não sei se algum irá avançar

também desta forma. Acredito que ficarão aqui perspetivas também do Município de Ílhavo poder participar aos outros municípios, como também outros municípios participaram ao Município de Ílhavo e cooperaram neste processo. Percebendo também nós os problemas que este processo tinha tido, nomeadamente no Município da Figueira da Foz.

Penso que este Auto de Transferência, em jeito de conclusão, terá uma visão muito igual àquilo que foi a transferência da área da educação. É um auto deslizando. Cria uma comissão e cria um Conselho Municipal da Saúde, onde têm representatividade muitos elementos, inclusive das nossas Juntas de Freguesia. Vamos ter que ter um Presidente também eleito para esse Conselho Municipal da saúde. É uma equipa de acompanhamento deste processo. Este processo é evolutivo e deslizando, como vos disse, porque não está ainda consumado o valor, nem o processo em si. Portanto, vamos agora avaliando as duas entidades, nomeadamente a ARS e nós.

Ainda temos também ainda a definição das Unidades Locais de Saúde, que será um processo também para o Verão de 2023, que está a aquecer, como vocês sabem, mas que trará também algumas novidades para esta gestão do processo da Saúde.

Dar-vos só nota que fizemos já as reuniões de aproximação entre a ARS e nós. Hoje mesmo concluímos as visitas àquilo que são os Centros de Saúde. Temos duas pessoas da nossa área social, porque a divisão já também é vista como divisão que tinha a saúde também, e, portanto, vamos tentar acompanhar da melhor forma e dar um melhor resultado a este Auto de Transferências, sabendo que há muita coisa, Como diria eu, é também porque ouvi, tudo o que é responsabilidade da Câmara Municipal... e se pegássemos no Centro de Saúde e se o virássemos ao contrário, tudo aquilo que não cair, hoje, é responsabilidade da Câmara Municipal, incluindo os assistentes operacionais. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (02:43':23")

«Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou então abrir as inscrições. Partido Socialista quem se inscreve? Pedro. Martins. Do 'Unir'? Pedro Cristo. Do PSD? Flor Agostinho. Do CHEGA? Prescinde.

Muito bem, então começo pelo Pedro Martins, por favor.»

**Pedro Martins, PS:** (02:44':28")

«Sobre este ponto, enfim, o que trazemos aqui não é novidade para ninguém. A descentralização tem sido um cavalo de batalha do PS e do Governo do País.

Nós temos defendido, permanentemente, a descentralização, feita com responsabilidade, com sentido de responsabilidade, porque receber mais competências, nos mais diversos setores, implica, naturalmente, ter os meios que nos habilitem a responder às atribuições que nos são transferidas. Portanto, fazê-lo com responsabilidade, é certo, mas sem receios, porque havendo boa-fé das autarquias, como há de uma forma generalizada, e do Governo, e em permanente negociação de todas as questões. E, aliás, a prática tem vindo a revelar isso mesmo.

Esta descentralização está a chegar a bom porto. Refiro-me aos mais variados setores e agora a saúde. Saudamos naturalmente este resultado desta transferência na área da saúde, não podendo deixar de elogiar a forma como aqui chegámos, não podendo deixar de elogiar a prioridade que o Governo do país, a prioridade que introduziu no PRR respeitante à saúde, acolhendo no PRR, ou permitindo no PRR o investimento em unidades e o financiamento em unidades de cuidados primários, como é o caso.

Portanto, o Governo definiu esta prioridade no PRR e vamos ter, como é sabido, 4,5 milhões de euros de investimento nos dois Centros de Saúde do nosso Município, no Centro de Saúde de Ílhavo e na Extensão de Saúde da Gafanha da Nazaré. Vamos ter 4,5 milhões de euros de investimento, sem um cêntimo do Município. É evidente que isso não é relevante, o que é preciso é fazer obra. O que é preciso é criar as melhores condições para os utentes. Como, aliás, já tive oportunidade de o dizer, criar as melhores condições para os utentes das nossas unidades de saúde, dos nossos centros de saúde, e também criar as melhores condições para quem lá trabalha. Portanto, independentemente do financiamento ser do Governo Central, ser do PRR, portanto, financiamento comunitário, ou ser do Município - claro que sabemos que o município não teria condições financeiras para realizar estas obras - é de enaltecer, efetivamente, que esta reabilitação, esta requalificação dos Centros de Saúde seja uma realidade e que seja uma realidade breve. Portanto, vamos acreditar que será obra para os próximos meses.

A Câmara terá, se não estou em erro, de elaborar os projetos, terá que lançar os concursos, terá que, enfim, contratar as empreitadas. Vamos acreditar que o Executivo dê prioridade a este investimento e que os novos centros de saúde, em Ílhavo e na Gafanha da Nazaré, sejam uma realidade.

Foi sempre aqui referido, e bem, por todos os partidos em geral, penso também que pelo 'Unir', ao longo dos últimos anos, a necessidade de investimento nos centros de saúde. Na Gafanha da Nazaré é um problema, que eu diria até, que era mais urgente, a intervenção, se assim podemos dizer, no Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré porque, efetivamente, aquilo não tem grandes condições de funcionamento. Era preciso requalificá-lo e ampliá-lo, tendo em conta a população que serve.

Portanto, penso que nesse aspeto todos aqueles que usaram a voz, usaram a palavra para defender isso, para defender esse investimento, para que o investimento fosse feito o mais rapidamente possível. Temos todos que concordar que esta notícia é uma notícia muito relevante e de muita importância. Agora, sem dúvida que se não fosse esta prioridade estabelecida pelo Governo e este valor de certa forma vultuoso, de 4,5 milhões de euros, não poderíamos, realmente, ver esta requalificação como acreditamos que irá ser feita. E é só essa nota que gostava aqui de deixar. Muito obrigado.»

**Pedro Cristo Graça, UPF:** (02:49:34")

«A questão de pertencermos a um grupo ou movimento de cidadãos independente é interessante porque nos permite, dentro desta Assembleia, dentro do nosso Município, termos uma perspetiva única e uma visão única para aquilo que são os interesses do nosso Município, independentemente de quem está na governação, independentemente de quem gere o país ou independentemente de quais são as orientações dos partidos políticos.

Congratulo-me por na segunda sessão da última Assembleia - não estive presente, mas vi por vídeo - na aprovação do PDM, digamos assim, existirem pessoas que votaram de forma diferente dentro do PSD, de forma diferente daquilo que foi a orientação ou daquilo que o partido assim defendia. Isto é um sinal de independência que todos nós temos que tomar, estejamos onde estivermos. Isto para dizer o quê?

O Governo definiu pela Lei Quadro 50/2018, de agosto de 2018, o quadro de descentralização. Ou seja, quer negociássemos as condições ou não do quadro de descentralização, a descentralização de competências iria entrar em vigor. Não podemos deixar de valorizar o trabalho que foi feito pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Só queria referir uma situação. Se nada fosse feito, se calhar os valores de manutenção pelos edifícios... de quanto é que seria? Eu pedi esse quadro comparativo, do princípio ao fim da negociação, mas para a Associação Nacional de Municípios eu sou uma pessoa pequenina e, como tal, eles nem cavaco me passaram.

Se nós virmos o que é que o Governo aqui colocou e o que é que chegou ao final. Eu já vou falar aqui da situação do PRR. Mas só para termos um bocadinho a ideia dos valores que estamos a falar, até porque, na questão da saúde, ainda não temos valores quantitativos.

Na delegação de competências da Ação Social, os municípios portugueses conseguiram mais 35 milhões de euros em 91 milhões. Não é 35 milhões de euros em 1.000 milhões ou 2.000 milhões. Ou seja, se os municípios fizessem tudo aquilo que nesta Assembleia, ou na CIRA, como o próprio PS - que foi, "Não. Vamos aceitar tudo" - não havia negociação, estávamos bem. Por isso, não posso deixar de congratular a Associação Nacional de Municípios, liderada pela doutora Luísa Salgueiro, ex-deputada do PS e Presidente de Câmara do PS, por esse trabalho que efetivamente foi desenvolvido.

A questão do PRR, apesar de estar a ser empacotado aqui, como dentro da mesma situação da delegação de competências, a questão do PRR só aparece nas linhas orientadoras do PRR numa Resolução do Conselho de Ministros de 18 de março de 2021. Ou seja, três anos depois. Isto foi mais um ponto de negociação. Ou seja, se acetássemos tudo aquilo que nos queriam incutir e não lutássemos, eu acho que todos os municípios sairiam prejudicados.

Não quero personalizar porque não quero que, a mim, me digam nada. Mas, neste caso e nesta Assembleia, penso que, se fôssemos todos independentes, tínhamos sempre lutado para prorrogar todas as situações unanimemente e não só por maioria, conforme o fizemos.»

**António Flor Agostinho, PSD:** (02:53:54")

«Relativamente a este ponto 1, devemos começar por saudar o Município pelo estabelecimento deste acordo, relembrando o que já foi referido anteriormente. Para nós é um motivo de orgulho e de satisfação, na medida em que, já nos mandatos anteriores sempre aqui reivindicámos a recuperação dos dois edifícios em causa: o Centro de Saúde de Ílhavo

e o Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré, porque o estado a que chegaram é um estado mesmo caótico. Por isso, penso que este caso, o caso de Ílhavo, que já é reconhecido nalguns fóruns como o caso piloto, vai avançar e vai ser exemplo para outros municípios. Esperemos que com satisfação e com resultados positivos.

No entanto, também sabemos que isto vai correr muitos riscos, como o senhor Presidente acabou de dizer, e com razão, que deveremos ter que os ultrapassar e que não vão ser fáceis. E não vão ser fáceis já a partir do próximo dia 1, porque, para que todos os munícipes percebam, a partir do próximo dia 1 de maio, segunda-feira, a Câmara Municipal de Ílhavo passa a ser responsável pela gestão do pessoal assistente operacional, que são 8 elementos que estão distribuídos pelas cinco Unidades de Saúde. Infelizmente só são 8 que dão cobertura aos cinco centros. Erradamente, nos mapas que nos entregaram, dizem que os 8 estão afetos ao Centro de Saúde de Ílhavo. Não é verdade! Eles rodam por todos os outros centros, por todas as outras unidades, de acordo com as necessidades. Isto, penso eu, é muito pouca gente para tanto trabalho, para tanto edifício. A manutenção e conservação do edificado passa para a responsabilidade da Câmara, dos equipamentos que não sejam médicos, o afeto e o fixo ao edificado. Vários estabelecimentos de Saúde do Concelho, como nós sabemos, e repito, não têm o mínimo de condições. Não esquecer que muitos destes equipamentos já têm uma longevidade assinalável, conforme vemos, aí, nos mapas. Há equipamentos com início de vida em 1997, 1986, 2015, 2003. Quer dizer, são equipamentos que, para mim, já estão mais que amortizados, alguns devem estar obsoletos e, tanto quanto sabemos, alguns nem funcionam. Quando nos é dito, nestes mapas, que estão operacionais, eu diria antes que nem sequer estão ativos. Portanto, esta responsabilidade, agora, de ativar alguns equipamentos que eu compreendo que sejam necessários e urgentes vai ser uma responsabilidade da nossa autarquia. É um grande risco que nós estamos aqui a assumir. E nós todos, nesta Assembleia, entendo eu, deveremos dar o apoio à Câmara para que possa satisfazer algumas destas necessidades e urgências dos Centros de Saúde para que a população veja melhorada a sua qualidade de vida e o seu atendimento. Por isso, urge realizar algumas intervenções a requererem urgência, apesar de serem consideradas de operacional que, manifestamente, não está sequer ativo. No documento assinado, vislumbramos muitas responsabilidades e deveres atribuídos ao Município. Pouca coisa fica, agora, a cargo do Ministério da Saúde. Face a estas deficiências, o Executivo considera estar a fazer uma boa negociação? É evidente que é uma boa negociação. Mas continuo a dizer que isto vai envolver, não é só os tais 5 milhões para os edifícios, é também para a manutenção e conservação, porque os edifícios não podem parar.

Existe algum compromisso escrito, celebrado com o Ministério da Saúde, no qual o Governo se responsabilize por apoiar e agilizar os procedimentos atinentes à aprovação dos meios financeiros necessários para a realização das obras de reabilitação dos dois edifícios? Aquilo que eu ouço dizer a muitos presidentes de Câmara é que estamos na guerra a conquistar fundos do PRR. Nós também vamos entrar nessa guerra ou temos alguma almofada? Esta é uma preocupação que nós devíamos ter. Isto está assumido? Não sei. Estaremos, como todos os outros municípios, a tentar arranjar maneiras, esquemas, de ir buscar o bolo? Ir lá, como alguém dizia, com os excel, buscar dinheiro para fazer este tipo de manutenção e conservação?

Vocês vejam que 8 assistentes operacionais não são suficientes e a população vai reclamar desta autarquia mais assistentes, como é óbvio. Por isso, estamos tranquilos, congratulamos. Sabemos que isto é um caso piloto. Temos consciência que temos muitos riscos a correr no futuro. E temos que colaborar com a Câmara para que isto aconteça.

Aproveito para relembrar um texto que foi publicado onde era dito relativamente aos outros edifícios. Foi noticiado pelo Executivo que, após a validação dos estudos prévios, estão em desenvolvimento os projetos de arquitetura pela Câmara, em estreita articulação com a ARS do Centro. Não nos podemos esquecer que todas estas obras, todos estes projetos vão ter que ir ao beneplácito, à aprovação, do Ministério da Saúde. Estando a autarquia a envidar todos os esforços para que as obras se iniciem ainda este ano, em 2023. Eu, sinceramente, não acredito. Isto vai ser muito espinhoso, vai ser muito difícil. As obras não serão apenas para resolver as patologias que se têm vindo a agravar ao longo dos últimos anos, mas também para que se promova uma ampliação dos edifícios. Com intervenções que darão resposta às novas exigências construtivas, nomeadamente conforto, acessibilidades, eficiência energética. Este investimento melhorará as condições de trabalho dos profissionais e dos seus utentes.

Concordamos totalmente. É para isto que é necessário investir e requalificar.

O valor das obras, como já foi aqui dito, rondará os tais 4 milhões, como nós sabemos. Com o Ivas será isso, serão 2,7 milhões. mais IVA, para o Centro de Saúde da Gafanha da Nazaré

e 1,724 milhões, mais IVA, para ampliação do Centro de Saúde de Ílhavo. Nesse sentido, o Executivo lançou há pouco tempo um concurso, que foi publicado no dia 23 de março, para aceitação de propostas para a elaboração dos projetos de especialidade. Estes projetos especialidade são vários e são muitos. Foi dado um prazo de 12 dias para apresentação de propostas. O prazo, tanto quanto eu sei, se não foi prorrogado, terminou no dia 4 de abril. Eu gostava de saber, do Senhor Presidente ou da Câmara, para quando a adjudicação destes trabalhos de especialidade? Se já foi adjudicado? Já temos propostas? Já foram aceites, não foram aceites? Em que fase estará a adjudicação destes trabalhos?

Também gostava de saber se o Executivo mantém o otimismo de iniciar a execução destas obras este ano. Honestamente, e correndo tudo muito bem, eu não acredito, porque isto é muito espinhoso. É que eles têm 45 dias para executar as especialidades. Depois vão ter que juntar as especialidades ao projeto de arquitetura. Depois do projeto de arquitetura, vamos ter a obtenção do financiamento e a assinatura dos respetivos contratos, se os houver. Depois vamos ter o lançamento dos concursos para as obras, cujos prazos, no mínimo, para apresentação de propostas são 30 dias. Depois desses 30 dias das propostas, vamos ter a avaliação das propostas, as reclamações... todo este processo é moroso, no mínimo será superior a um mês. E depois temos os vistos prévios do Tribunal de Contas, que, normalmente, é mais 1 mês. A consignação das obras, de celebração de contratos... mais um período. Portanto, eu acho que há aqui muito otimismo. Mas, como eu digo, a Câmara vai ter que merecer o nosso apoio para que tudo isto possa ser agilizado. E voltando ao início, estou, como diz aqui o Luís Leitão, se for necessário haver reuniões extraordinárias estamos disponíveis para colaborar. Porque isto é uma urgência, como muitos elementos do PSD o apresentaram aqui em sessões anteriores e do PS também, nós sempre reivindicamos a melhoria das condições.

Há aqui uma pergunta que eu também gostava de pôr ao Senhor Presidente. Durante o período das obras para onde são transferidos estes serviços? Já se pensou? Vamos ter contentores? Já temos edifícios públicos que vão albergar este tipo de serviços? Tudo isto é muito arriscado. Mas como ouvi num fórum, é um risco assumido. Ílhavo pretende ser um exemplo e temos os municípios todos da CIRA em cima de nós. E o Ministério da Saúde também está em cima de nós para verem até que ponto nós temos capacidade, arrojo, como já aqui foi dito, e competência para levar esta nau até ao fim. Tenho dito.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:04:00")

«Muito obrigado, Flor Agostinho. Senhor Presidente, por favor.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (03:04:08")

«Obrigado, senhor Presidente.

Relativamente a este assunto, há entre as duas cassetes que ouvi, vou escolher aqui o melhor que possa fazer. Eu deixaria aqui duas ou três notas que são importantes.

Relativamente aos processos dos Centros de Saúde, há aqui um trabalho que foi feito de levantamento de todas as patologias, levantamento de todos os problemas, acompanhamento.

Se calhar, a algumas pessoas aqui falham os tempos e entram em explicações, mas eu gosto de ouvir isso dos meus técnicos. Se calhar multiplicamos aqui, queremos ser técnicos também da Câmara, não conseguimos ser, mas ainda gostávamos de ser. E, portanto, vejo aqui neste assunto o seguinte.

Senhor Pedro Martins, relativamente a isto, o senhor tem um bocadinho de futurologia no seu pensamento. Eu acredito também no seu governo, como sempre acreditei. Como qualquer outro governo da nação que tivesse neste momento no poder, também acreditaria. E, portanto, foi feito um trabalho que tem a ver com um princípio. Primeiro, não havia qualquer manifestação, até porque não tínhamos esta perspetiva da Lei 50 da descentralização e da possibilidade que tínhamos de haver ou não a hipótese, ainda no Governo anterior e no outro anterior, de ser financiado este tipo de obras. E também não havia intenção nenhuma da Câmara de as fazer. Falava-se.

Lembro-me do Senhor Presidente da Junta da Gafanha da Nazaré falar muitas vezes sobre isso, em combate ao PS, relativamente ao Centro de Saúde. E se as atas tivessem, hoje, o rigor que têm que aqui o funcionário da Câmara vai fazendo, se calhar isso hoje estava tudo escrito lá, ao pormenor, e nós poderíamos recordar isso tudo. Mas as atas eram um bocadinho levianas, no passado. Deixemos isso para outras guerras e para não estarmos aqui sempre a apontar essas coisas a ninguém, mas era importante que essas referências e o que se disse

ficasse aqui registado. E, portanto, nós, quando nos foi apresentado isto porque requer este... e digo-vos, sinceramente, que não vou responder a uma segunda intervenção. Vou utilizar este meu tempo agora para vos dar a explicação que eu acho que é merecida pelos membros da Assembleia, quem possa estar em casa ainda a esta hora a ver.

Quando chegámos, não havia qualquer interpretação de avaliação dos Centros de Saúde e do ponto de situação de fazer obras ou não fazer obras. Faziam-se umas intervenções. As duas Juntas de Freguesia, de São Salvador e da Gafanha da Nazaré, limpavam os centros de saúde em seu redor. É natural que no Carmo também se limpe. Na Gafanha da Encarnação também se faria esse trabalho e na Barra. Portanto, cooperávamos aqui com a saúde, sem haver uma relação muito próxima. Tivemos a fase do COVID, em que todos ajudámos. Hoje, as Juntas até vão ser ressarcidas por um contrato programa. Espero que sejam, espero que sejam. Pelo menos foi a garantia que a senhora Ministra da Coesão me deu sobre essa matéria. Portanto, o que é que nós fizemos aqui? Fomos perceber perante a ARS quais eram as intenções para os nossos centros de saúde. Então surpresa minha, haveria uma obra definida para Ílhavo, que teria uma aprovação em base PRR de 430 mil euros, e para a Gafanha da Nazaré uma perspectiva de, no Pacto da CIRA, sem decisão qualquer minha, nem se saber o que é que tínhamos ainda para negociar no Quadro PT2030 - porque a elegibilidade destas obras conta a partir de 2021, não conta a partir de agora, já conta a partir de 2021, de janeiro de 2021 - haveria uma intenção que o Pacto iria financiar estas obras no valor de 2,5 milhões de euros.

Não havia projeto, não havia. Aqui, o professor disse uma coisa que tem razão. Estes projetos foram articulados entre nós e a ARS, com o arquiteto da ARS. Portanto, não havia aqui nenhuma definição para avançarmos com isso.

Eu não gostei muito da forma como fomos tratados pela ARS, mas continuámos a tratar e, hoje, acho que criámos uma relação de confiança entre a Câmara Municipal e a ARS, nos seus interlocutores, que deu a este ponto.

Relativamente a isso, tornou-se prioritário para nós e já vinculámos isso no nosso compromisso. Outras coisas não metemos no nosso compromisso porque não sabíamos de que forma é que íamos encontrar também esse compromisso já dos colegas anteriores e, portanto, não valia a pena referir aquilo. Eu tive a oportunidade, enquanto autarca, de ler compromissos de, pelo menos 2013 e 2017. E se os for buscar hoje ainda nem um quarto dessas obras estão feitas. E passavam de compromissos em compromissos, de todos os partidos. Hoje, se calhar, o Movimento não apresentou esse compromisso de obras porque eu não concordo com isso, nem as pessoas do Movimento. Portanto, tomámos essas decisões porque referia-se lá uma casa Mortuária em São Salvador. Onde é que ela está? Está na mesma associada à Igreja. E, portanto, muitas outras referências que há, e os seus presidentes de junta são testemunhas disso, mais que ninguém, e os autarcas que ainda hoje estão aqui, no exercício das suas funções, também saberão disso. A dificuldade que é depois para implementar os compromissos e os constrangimentos que temos. Voltando a isto... tentámos então perceber o que é que estava e o que é que podíamos fazer. E basta uma informação prévia para nós podermos ser candidatos a qualquer projeto destes. O que é que nós lutámos, perante a tutela, sobre a hipótese de termos aqui um financiamento na ordem dos 100% de financiamento? Porquê? Porque todos os Municípios da CIRA no quadro anterior... E chamava a atenção de todos para irem ver as candidaturas que foram feitas pelos 11 municípios da CIRA no quadro anterior e o que é que versaram. Educação e saúde, sumariamente. E nós fomos para corredores cicláveis, fomos para obra do Henriqueta Maia. E bem. E bem. Não fizemos, foi na candidatura, não tivemos essa perspicácia, porque podíamos ter feito no quadro anterior já o investimento nos dois Centros de Saúde. Não o fizemos.

Portanto, tornou-se prioritário para nós. Neste momento estamos a perceber. Ainda temos o Pacto para fechar até ao mês de junho e, portanto, se não fecharmos por uma via, vamos tentar por outra. O que irá impedir o município de estar presente noutras candidaturas, porque eu não acredito que de 104 milhões de euros consiga um valor muito superior a 1/11 avos daquilo que são os outros municípios, com respeito pelos outros. É essa a luta que vou fazer. Por aqui fechava este processo e também para esclarecer a Assembleia e quem nos possa estar a ouvir em casa, para estas coisas ficarem bem esclarecidas, para não haver dúvidas e bem escritas depois.

Relativamente àquilo que o senhor Flor Agostinho fez aqui, uma análise pormenorizada. Aliás, já vi noutros documentos também a ser feita desta forma. Há um Decreto-Lei que irá sair até meados deste ano - e também acredito no Governo, continua a dizer - que irá identificar, por exigência dos municípios, aquilo que são os rácios pretendidos nos nossos estabelecimentos de Saúde. Portanto, iremos colmatar isso. Mas é evidente quando nós falamos do Centro de



Saúde de Ílhavo, é ele que controla as duas extensões de saúde da Encarnação e do Carmo, e, por isso, é que estão afetos a eles, os assistentes operacionais. Será sempre uma ligação do Município ao Doutor Rui Pinheiro e à Doutora Paula, está aqui a ligação que vai ser feita. Quando falamos de 8, falamos no nosso território, temos 8 operacionais e 1 que está de baixa e, portanto, não conta, ou que foi reformado, e é preciso repor essa situação. Com isto tudo, ainda temos duas situações que temos que contemplar no meio disto tudo, que é a existência de pessoas com contratos de emprego-inserção, que vão auxiliando os nossos médicos e os nossos enfermeiros, e tem havido sempre uma necessidade permanente desses técnicos estarem lá, com recorrência, que não passam para nós. Mas nós, alertados para isso, tomámos hoje a consciência que teremos que avançar, já na próxima semana, para também ver se conseguimos ter 6 para colmatar as necessidades que os Centros de Saúde têm, porque não chegam, efetivamente.

Mas isto, aqui, falarei assim. Quem estiver aqui, hoje, da saúde, ou quem estiver em casa e que tenha estado a trabalhar connosco neste dia, que começou às 8:30 da manhã na Gafanha da Nazaré, saberá bem que estou a dizer as verdades conforme elas foram ditas, e, portanto, não tenho prazer nenhum em estar a dizer coisas contrárias àquilo que vou fazer e a vontade que tenho que fazer. Que é que isto corra bem, que as pessoas saibam ouvir em primeiro antes de falar.

Depois, relativamente aos riscos. Eu acho que, perante isto, há riscos. Esses riscos têm que se assumir e nós já fizemos o caminho dos riscos, dos compromissos financeiros, assumindo um orçamento que se aproxima muito próximo de uma execução da receita dos 100%. Chegámos lá quase pertinho, até pretendia que ultrapassasse com mais 2.7 milhões de receita de impostos. Quase nos 4 milhões do ano passado, que tinha sido um prémio que me tinham dado. Agora foram os impostos que me foram. Nem percebo muito bem isto, mas irei depois discutir isso na altura certa. E, portanto, espero que também o Governo, como tem dado a tanta gente, que consiga também trabalhar connosco nestes fundos e noutros fundos que virão.

E temos esse prazer, já, de anunciar e ter anunciado já alguns valores, mesmo sem quadro comunitário, senhor Pedro Cristo, já conseguimos aqui verbas na ordem dos 800 mil euros, neste percursozinho pequenino. Mas vamos conseguir muito mais. As coisas estão no caminho certo e quem nos ouve e quem está atento vai percebendo isto.

Relativamente aos concursos e às propostas. Eu gostava que o senhor Flor Agostinho fechasse todos esses processos. Fala, fala, fala, fala, mas sabe bem que recebemos mais de 30 propostas. Está a ver? Mais de 30 propostas. Estamos neste momento a aguardar se está no período de contestação, se alguém vai contestar ou não, portanto, tem os seus processos normais. Não tenha dúvidas que se tiver que arrancar este ano, arranca este ano. Vamos fazer tudo por tudo, juntamente com o Governo, para que estas coisas avancem. Se o senhor Ministro quiser vir cá para a semana, estou pronto para o receber. Se quiser vir pôr a primeira pedra na obra, estou pronto para o receber. Se o tiver convidado, gostava que todos vocês estivessem lá, porque é um trabalho conjunto, aprovação conjunta. Porque isto contou tudo. Nós, hoje, como sabe, nos projetos que está a ver, estamos a investir dinheiro, quer resulte, quer não resulte. Sabe os valores, os 80 mil euros num projeto, os 80 mil para outro... estamos a investir.

Aquilo que eu lhe posso dizer é que com essa consciência toda daquilo que são os processos de contratação pública, é realmente aborrecido pensarmos no tempo que dura todo esse processo. É muito duro. É um desgaste muito grande para as nossas equipas, para nós, para nós que estamos aqui no exercício, para o senhor que está aí, também. É muito duro continuarmos com este processo burocrático. Vamos tentando apanhar as coisas, vamos tentando fazer bem as coisas para que elas depois não nos tragam problemas posteriormente, porque problemas já nós temos muitos jurídicos, como sabe, de outras obras e que ainda nos desvençilhámos deles. E o senhor até dizia “espero que o senhor consiga, nestes quatro anos”... vamos ver o que consigo desvençilhar.

Olhe, agora, relativamente ao projeto do parque de estacionamento, tenho que arranjar um perito. Veja lá... um perito em relação económica e de gestão para começarmos a avaliar isto. Nem sei se podia dizer, mas olhe, já o disse. Portanto, temos estes processos a decorrer. São processos complicados e, portanto, é isto que nós temos. E ficava por aqui.

Penso que este processo está claro para vocês tomarem conhecimento dele. Tudo o que nos trouxe até aqui, tudo o que nos vai levar daqui para a frente.

A seguir eu trouxe o mapa de pessoal porque nós vamos ter que reforçar as nossas unidades, vamos ter que ter outra responsabilidade também nos processos de decisão, acompanhados pelos senhores vereadores. A minha vereadora lamentavelmente não está aqui, mas na próxima reunião já estará. Este processo foi acompanhado por mim e por ela, até esta data.

Portanto, qualquer outra coisa, se houver algum esclarecimento pontual sobre o documento, farei. Sobre estas questões não prestarei mais qualquer esclarecimento. Muito obrigado, Senhor Presidente.»

**Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:17:04")

«Obrigado, senhor Presidente. Abro então uma segunda ronda de inscrições. Alguém se inscreve? Não? Muito bem. Senhor Presidente, quer dizer mais alguma coisa? Também não. Concluídas então todas as intervenções, dou como apreciado e tomado conhecimento o Ponto 1, “Descentralização: Auto de transferência de competências na área da saúde.” É meia-noite e um quarto. Os nossos trabalhos vão ter que terminar à meia-noite e meia e eu ponho à consideração se devemos avançar para o Ponto 2 ou não. Sim? Muito bem.»

**Ponto 2.** "Mapa de Pessoal 2023: 1.ª alteração".

**Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:17:53")

«Vamos então avançar para o ponto 2.»

**Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (03:17:56")

«Senhor Presidente, se me permitir uma intervenção perante a Assembleia. Se a possibilidade da revisão orçamental existir, eu gostava de chegar lá. Se não existir, pois para nós é natural, mas a revisão não tem aqui grande trabalho, até podemos juntar os dois pontos, se assim entenderem. Mas, senhor Presidente fica ao seu critério. Muito obrigado.»

**Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:18:17")

«Deixo à consideração. Ou seja, terminar no ponto 3. Sim? Ok. Então vamos avançar para o Ponto 2 “Mapa de pessoal 2023 - 1.ª alteração”. Senhor Presidente, por favor.»

**Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (03:17:56")

«A nossa informação está clara no documento. Portanto, há aqui, neste momento, com os processos que estamos a terminar de contratação que abrimos o ano passado, a possibilidade de 20 pessoas que foram selecionadas na área dos assistentes técnicos e nas áreas dos assistentes operacionais e também algumas ausências de pessoas que é preciso colmatar, e redefinir aqui o processo. Portanto, trazemos este documento unicamente por necessidade imperativa da aprovação da vossa parte para podermos prosseguir com os processos de assimilação das pessoas e tornarem-se quadros permanentes da administração pública. Muito obrigado.»

**Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:18:17")

«Muito obrigado. Então, agora as inscrições. Flor Agostinho, por favor.»

**António Flor Agostinho, PSD:** (03:19:56")

«Eu só venho aqui solicitar um esclarecimento. Nos considerandos que nos foram apresentados nesta proposta, que fundamentam esta mesma proposta e que basicamente se consubstancia na criação de mais 22 lugares a preencher, é dito o seguinte: “que se encontra salvaguardado o impacto orçamental com esta alteração, pois, na maioria dos casos, se traduz na alteração da tipologia dos contratos de prestação de serviços de avença encontrados por tempo indeterminado, atento o mérito do trabalho desenvolvido e da função ter ganho maturação necessária”. Ora bem... eu só gostava que o senhor Presidente me dissesse se esta referência ao mérito do trabalho desenvolvido, que eu pressuponho que é

das pessoas que estão cá desempenhar funções com carácter precário, porque estão com prestadores de serviços e com avença, se quer dizer que as pessoas que estavam a desempenhar estas funções, neste carácter precário, vão agora passar a exercer essas mesmas tarefas com um contrato por tempo indeterminado. E perante esta resposta do senhor Presidente, se ma quiser dar, nós vamos ter que ter uma atuação. Se assim se assim for, devemos já manifestar a nossa não concordância com este texto, pois ele não é consentâneo com a lei porque indicia que vamos suprir um concurso público para admitir as pessoas que já cá estão.

Para ingressar na administração pública só há uma forma que é através de concurso público, aberto, transparente, e que não pode ser condicionado a nomes ou a pessoas. Portanto, não poderemos considerar este fundamento, que é o fundamento 7. Ou deveria merecer a sua correção.»

**Sérgio Louro, CHEGA:** (03:22':32")

«Senhor Presidente, nesta minha parca experiência, já por várias vezes fui confrontado com deliberações para alteração do mapa de pessoal. Fico perplexo e pergunto-me a mim mesmo como é que funcionaria a Câmara antes de ter iniciado o seu Executivo, porque a Câmara antes funcionava.

Se entendi bem, e um pouco também como o que o colega Flor Agostinho disse, estamos aqui a aldrabar a lei, estamos aqui a aldrabar os procedimentos.

Com a contratação e mais 22 pessoas, estamos a aumentar os custos fixos. O seu Executivo, por acaso, alguma vez se preocupou com a sustentabilidade financeira da Câmara? Se contrata as pessoas, depois não as pode dispensar. O que é um problema gravíssimo na nossa função pública, não é? E no peso pesado que ela tem para os contribuintes. A nossa função pública está cada vez mais obesa. Portanto, se a Câmara funcionava bem, antes, eu não percebo porque é que não há de continuar a funcionar. O seu Executivo, se calhar, tem que procurar motivar as pessoas, procurar onde é que as pessoas são mais eficientes e gerir melhor o seu quadro de pessoal. Obrigado.»

### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (03:24':05")

«Muito obrigado, senhor Presidente.

Uma resposta rápida ao senhor Flor Agostinho.

Está a referir-se ao ponto 7. Foi feito um concurso público. O documento é de consulta pública, portanto, poderão ver, e as avenças também podem ser consultadas. Não tenho qualquer problema sobre este ponto. Se o PSD entender que tem algum problema sobre esta matéria, nós justificaremos com isso. A nossa relação relativamente às pessoas que, neste momento, têm contratos de avença conosco há algum tempo - nem sei se concorreram ao concurso, se não concorreram, porque eu não fiz parte desse concurso... portanto, teria que ver agora pormenorizadamente todo o documento e nem sei se são essas pessoas que vão ser contratadas, se não são. Portanto, agradeço que façam a consulta desses documentos todos e que tirem as vossas conclusões. Não me parece que haja aqui qualquer problema sobre isso.

Aquilo que nós achamos, respondendo ao senhor Sérgio Louro, é que não faremos uma situação de duplicação. Ou seja, eu vou lhe dar um exemplo: naquilo que é a existência dos nossos museus, nós trabalhamos, sistematicamente, com contratos CEI+ (contratos de emprego e inserção) e com algumas avenças que tivemos que fazer, porque esses contratos terminaram e não encontramos no IEFP resposta para esses contratos. E, portanto, vamos ter que reforçar as pessoas.

Na Biblioteca Municipal de Ílhavo, uma das pessoas que estava lá pediu mobilidade para Estarreja e, portanto, vamos ter que colmatar esse lugar deixado em aberto, que é o que está aqui.

Na DAG (Divisão Administração Geral) precisamos de uma pessoa para a contratação pública que estamos a contratá-la na direção da administração.

Depois saiu o nosso engenheiro eletrotécnico, portanto, estamos ali a abrir, e outro que vai para a reforma, o funcionário eletromecânico.

Portanto, estamos a permitir, com isto, que a Câmara possa abrir novos concursos e possa fechar também o ciclo de contratação que fez até aqui, com alguns reparos. Mas, nomeadamente, o quadro pessoal está a preparar-se para abertura de novos concursos para colmatar pessoas que se vão reformar e para colmatar pessoas que saíram voluntariamente desta Câmara.

Esta é a situação que está aqui presente. Não estamos aqui com subterfúgios, nem nada que se pareça. Aquilo que nós dizemos, no documento, é muito claro: é que a alteração de tipologia de contrato, de contrato de avença ou tarefa, se assumam como contratos por tempo indeterminado, que julgamos ser a tipologia mais correta, depois do mérito pelo trabalho desenvolvido.

Portanto, depois das pessoas terem estado a desenvolver esse trabalho, nós reconhecemos que há necessidade efetiva desse trabalho ser colmatado com esse tipo de contratação. É isto que nós estamos a fazer porque há um ganho com esta maturação. Esta maturação, não foi agora nesta meia dúzia de meses que estou aqui que a vi. Foi testemunhada por aquilo que são os Chefes de Divisão e os Chefes de Núcleo, que viram, efetivamente, que para as respostas que nós precisamos, temos que as ter.

Por exemplo, nós não conseguimos ter os postos de turismo abertos sem ter técnicos. E suportamo-nos em estágios PMBET, em contratos de emprego-inserção. No fundo, um PMBET, se nós virmos, é o resultado de ter uma pessoa com uma contratação por tempo indeterminado. E, acho que está de acordo consigo, também, precisamos de ter o posto de turismo da Costa Nova com uma abertura 365 dias por ano.

Precisamos de saber que o Museu Religiosidade Marítima foi aberto e não tinha nenhum técnico, nem ninguém para abrir. Estamos a socorrer-nos daqueles técnicos que estão no Museu e, portanto, saber se vale a pena tê-lo aberto para receber uma pessoa num mês, como aconteceu recente.

Estes são os problemas que acontecem e, portanto, é neste sentido que estamos aqui a reformular aquilo que é o quadro pessoal.

Trazemos aqui a aprovação, porque é uma necessidade que nós temos de o fazer. Deixo à consideração da Assembleia. Muito obrigado.»

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:28:13")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Abro uma segunda ronda de inscrições. Do "Unir"? Não. PS? Pedro Martins. PSD? Flor Agostinho e André Guimarães. Do CHEGA? Não? Ok. Flor Agostinho, por favor.»

**António Flor Agostinho, PSD:** (03:28:47")

«Senhor Presidente. Dá-me ideia de que não me fiz entender. Nós não estamos contra a alteração do quadro de pessoal. Concordamos com alteração do quadro pessoal. Se são precisas mais pessoas, contratem-se e contratem-se da boa forma que é esta, para podermos contribuir também para que não haja mais precariedade na administração pública. Nós estamos de acordo com a alteração do quadro pessoal. Subscrevemos na íntegra.

Agora... não podemos é considerar aquilo que aqui está escrito, senhor Presidente. O senhor Presidente está a dizer-me que abriu concursos, que estão a decorrer concursos públicos no âmbito do quadro anterior. Perfeito. Correto.

Agora, o senhor Presidente está a tentar abrir novas vagas no quadro do pessoal para os quais há de abrir concursos. Vai abri-los no futuro, ainda não os abriu. E esses contratos estão aqui.

Juridicamente, eu gostava que o Pedro Tróia interviesse aqui, nesta ação, porque isto é mais jurídico.

O que está aqui em causa é o senhor Presidente, neste ponto 7, dar a subentender que vai admitir as pessoas que já foram contratadas. O senhor Presidente vai abrir concurso público e até pode ser que fiquem as mesmas. Concordo perfeitamente. E certamente até devem ficar as mesmas, mas não poderá estar aqui escrito o que está escrito, porque se o senhor Presidente tiver, aqui, uma inspeção sucessiva do Tribunal de Contas tem problemas. Eu só estou a ajudar, a colaborar

Eu proponha que se fizesse uma alteração a este número 7, para salvaguardar o Município de umas eventuais futuras inspeções. Para quem queira ler isto, em sede dos próprios concursos, se algum candidato não for admitido, poderá vir buscar este documento e reivindicar o que é que está escrito e criar um litígio à Câmara.

Uma coisa é certa, numa inspeção sucessiva do Tribunal de Contas isto não passa. O senhor Presidente está sujeito a um reparo do Tribunal de Contas. Portanto, nós só estamos a ajuda, queremos colaborar. Altere-se aqui o número 7, retire-se o mérito das pessoas ou do trabalho desenvolvido, e para mim é suficiente.

Agora penso que isto não está de acordo. Mas o senhor Presidente lá saberá.

Nós estamos na disposição de aprovar, gostaríamos é de salvaguardar que não concordamos com o número 7 dos fundamentos desta proposta. Penso que esclareci. Se o senhor Presidente não entender...»

**André Guimarães, PSD:** (03:32':11")

«Boa noite a todos. Eu venho aqui subscrever, na íntegra, aquilo que o Flor Agostinho veio aqui dizer. E acrescentar aqui só mais uma camada.

Eu não venho sugerir. Eu venho mesmo pedir que esta formulação seja reformulada, porque se o problema pode existir, vamos evitar que ele exista.

E não estamos só a falar do Tribunal de Contas, nem estamos a falar dos concorrentes. Eu vou-lhe dizer uma coisa que se calhar lhe interessa mais: podemos ter, aqui, os jornalistas todos a pegar nisto. Podemos ter.

E pior... temos aqui uma Assembleia. Depois, o nosso nome vai estar vinculado a uma frase que diz "os contratos de avença ou tarefa que se assumem como contratos por tempo indeterminado, julgamos ser a tipologia mais correta depois do mérito do trabalho desenvolvido". E não estamos aqui a falar de estagiários PMBET. Estamos a falar de avenças ou tarefas.

E nós queremos, em consciência, aprovar um documento que diz isto?! Eu não quero.

Agora, uma coisa é certa. Eu quero uma Câmara que funcione, eu quero uma Câmara onde as pessoas tenham condições de trabalho, onde os seus direitos, enquanto trabalhadores, sejam respeitados. E, como tal, não me vou opor a esta alteração do mapa pessoal, mas oponho-me, sim e fortemente, e que fique ata, que eu não concordo com este ponto 7. E que peço a sua retificação, ainda que posterior, tudo bem. Mas peço a sua retificação porque a esta formulação gera dúvidas.

Eu tenho a certeza que o senhor Presidente é uma pessoa íntegra, uma pessoa transparente, mas à mulher de César não basta ser, também tem que aparecer.»

**Pedro Martins, PS:** (03:34':05")

«Muito obrigado, senhor Presidente.

Para já tenho que agradecer ao Flor Agostinho ter levantado a questão porque, efetivamente, a questão é pertinente e este ponto 7 passou-nos despercebido. Porque, vamos lá ver.

Os considerados numa proposta não são a coisa mais importante. Os considerados enquadram aquilo que se traz à votação. Agora, é um facto, e eu, ainda há pouco, usei esta expressão, é um facto que este considerando 7 é perigoso.

Não com a comunicação social, nem com o Tribunal de Contas, nem nada disso. Não. É perigoso porque um concorrente a um concurso, que perca o concurso a favor de algum avançado, pode utilizar este ponto 7 argumentando e alegando que, efetivamente, este concurso estava viciado porque pretendeu contratar alguém que já aqui estava. E isso é perigoso. É perigoso.

De maneira que agradeço ao Flor Agostinho e tenho que chamar a atenção do senhor Presidente da Câmara que devia ter havido um pouco mais de cuidado na redação deste ponto 7. Porque este ponto 7, ainda que não seja essa a intenção, dá a entender que se vão abrir concursos para integrar os avançados, como, infelizmente, nós sabemos que, ao longo dos anos, foi uma prática de várias câmaras municipais. E, se calhar, também deste nosso município. Nós sabemos como é que as coisas funcionavam, mas isso é passado. Enfim, era uma prática corrente.

Ora bem, este ponto 7, na verdade, tem uma redação infeliz e poderá eventualmente ser perigoso. Volto a dizer... um, considerando não é uma lei, a aprovação não é o considerando 7, mas pode indiciar alguma coisa que seja, enfim, um dia mais tarde discutida.

Volto a dizer, dei o exemplo do concorrente que perde o concurso e vai argumentar que foi mal avaliado o seu currículo, que a entrevista foi condicionada e, vejam lá, que a própria Câmara Municipal já indiciava que queria contratar um avançado.

É evidente que isto é um bocadito, passo a expressão, um pouco arriscado.

Nós não queremos inviabilizar a aprovação do ponto. Mas temos que apresentar, depois, à Mesa uma declaração de voto para que não haja dúvidas nenhuma que não concordamos, em absoluto, com este considerando. É só isso, porque não queremos de maneira nenhuma inviabilizar, mas temos que acautelar essa situação. Muito obrigado.»

**Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (03:36':54")

«Muito obrigado a todos.

Eu realmente, o que me estava aqui a referir era à proposta de deliberação, desde o primeiro minuto. Claro que nos considerandos os nossos técnicos tentaram apresentar a justificação mais válida e que passou na reunião de Câmara, e passou também na preparação do documento no Executivo.

Portanto, vamos ter em consideração isso, mas não pretendia, neste momento, alterar esta questão dos considerandos. Tomaremos em linha de conta aquilo que nos disseram.

De uma forma muito clara, não terei grandes problemas com isso, porque será natural. Mas acredito que a defesa dos partidos perante as vossas declarações de voto irá valer e associar-se ao documento. Muito obrigado.»

**Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:37':39")

«Portanto, o senhor Presidente, não altera o ponto 7. Não altera a redação do ponto 7. Muito bem. Ok. Vamos interromper os trabalhos por 5 minutos.»

**Os trabalhos foram interrompidos às 00:38 minutos, do dia 29 de abril.**

**Os trabalhos foram retomados às 00:43 minutos.**

**Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:42':50")

«Meus senhores, já passaram 5 minutos. Temos que terminar no ponto 2, está bem? É quase uma menos um quarto. Meus senhores, temos de reiniciar os trabalhos.

Muito bem, alguma conclusão? Senhor Presidente?»

**Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (03:43':44")

«Nós temos aqui um compromisso, que foi assumido pelos Vereadores, de trazer este documento à reunião de Câmara. Portanto, nós mantemos a posição do documento. Se o documento, de alguma forma, tiver problemas, eu acho que na declaração de voto, a justificar este ponto ou outra questão qualquer, os partidos têm esse direito.

Por mim, vamos à votação. Parece-me que está lógico isto. De qualquer maneira, deixo à consideração.»

**Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:44':09")

«Com certeza. Margarida, para uma interpelação à Mesa. Faz favor.»

**Margarida Alves, PSD:** (03:44':18")

«Boa noite a todos. A minha interpelação à Mesa deve-se ao facto deste documento já ter sido aprovado em reunião de Câmara. Portanto, nós estamos a avaliar um documento. Não nos permite alterar sem ir novamente a reunião de Câmara.

Portanto, concordando com o senhor Presidente da Câmara, procedemos à votação, fazemos as declarações de voto que assim entendermos. Se o assunto voltar à baila, desculpem o termo, será em reunião de Câmara e nós vamos avaliar o mesmo Senhor Presidente, era só isto. Muito obrigado.»

**Pedro Martins, PS:** (03:44':18")

«Pronto... há dificuldades, e a Margarida referiu, e bem, realmente há uma dificuldade em estarmos de uma forma, enfim, um pouco improvisada, a alterar um documento que veio da Câmara. Portanto, teria que regressar à Câmara, ser novamente objeto de aprovação com outra redação, etc.

Eu venho apenas repetir aquilo que já disse e que é o entendimento do Grupo do PS. Já dissemos há pouco. Nós concordamos com o ponto e votamos favoravelmente o ponto. E é isso que é objeto de deliberação.

Os considerandos são uma introdução que o Executivo faz sobre a motivação, sobre as razões para alterar o mapa de pessoal. Portanto, isso não são o objeto, nós não vamos deliberar os considerandos. Nós vamos deliberar sobre o ponto. Aqui não há dúvida nenhuma. Portanto, estamos a salvo de qualquer questão.

Apresentaremos a declaração de voto para dizer que discordamos em absoluto da redação do ponto 7 - não vamos apresentar hoje, senhor Presidente, depois enviaremos por e-mail para se anexar à ata - dizendo que, efetivamente, não concordamos com a relação do ponto 7.

Também não queremos complicar a vida à Câmara e ao Município. Até pode não haver problema nenhum, mas volto a dizer o que disse há pouco. Isto pode ser aproveitado por alguém que seja preterido num concurso? Pode ser. É só isso que queremos acautelar.

Portanto, nós vamos, na declaração de voto, dizer precisamente isso. Não concordamos com a redação do ponto 7. E talvez até nem seja muito aconselhável desenvolver muito o tema, porque com a declaração de voto estamos ainda a chamar mais a atenção. Pronto. Se calhar, até melhor dizer, não concordamos com o ponto 7, ponto! Porque, se não, estamos, enfim, a dar armas a alguém para que um dia possa utilizar isto.

Aprovamos o ponto, não concordamos com a redação do ponto 7. Agora, que fica lá uma pequena mancha, fica. Mas enfim... Muito obrigado, era só isso.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:47':18")

«Mais alguém quer fazer alguns considerandos sobre isto? Sim, José Pinto Reis.»

**José Pinto Reis, UPF:** (03:47':28")

«No sentido de esclarecer o nosso voto, que será favorável, tendo em conta que consideramos que aquilo que está expresso no ponto 7 são o mérito e a utilidade das funções e não das pessoas que as desempenham.

É ilegal, está vedada a prestação de serviços ou o contrato de avença quando as funções são definitivas e permanentes. E, por isso, se existiram funções temporárias e sazonais que se transformaram, por necessidade do Município ou por uma alteração no funcionamento, que se tornaram permanentes, então é necessário que essa função passe a estar no quadro e que seja atribuído um contrato, um contrato definitivo, um contrato sem termo. É essa a nossa interpretação e por isso vamos votar favoravelmente e vamos apresentar a declaração de voto neste sentido, porque achamos que é correta. Muito obrigado.»

**Pedro Martins, PS:** (03:48':57")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Sem querer alongar a discussão porque cada grupo faz aquilo que muito bem entender. Mas quando aqui se refere 'o mérito do trabalho desenvolvido' eu não percebo como é que se pode considerar que isto tem a ver com a função. A função abstrata não tem mérito, o mérito é de quem executa a função. Vamos lá ver, vamos interpretar isto de uma forma prudente. Eu não vou dizer isso, mas o mérito do trabalho desenvolvido... vamos ler. isto não é preciso ser jurista. Vamos ler... o mérito do trabalho desenvolvido.

Portanto, isto é muito arriscado. Volto a dizer. Pronto, não vale a pena insistir, a redação não é feliz. Pronto. A redação não é feliz, pronto. Se vocês não quiserem. Com todo respeito, fazem aquilo que muito bem entenderem. E apresentarão a declaração de voto como bem entenderem. Mas alguma coisa que seja consistente com o que está aqui escrito, que me parece que não há consistência naquilo que acabaste de dizer, José Pinto Reis. Acho que não há consistência nisso.»

**André Guimarães, PSD:** (03:50':09")

«Eu acho que o que nós estamos aqui a assistir é, claramente, a diversidade de interpretações. Como tal, se nós assistimos aqui a esta diversidade de interpretações, ela também pode existir fora daqui. E isto gera dúvidas. No entanto, eu partilho da opinião de que isto se trata de um considerando e não do conteúdo. Por essa razão eu votarei favoravelmente a declaração de voto que entregarei depois à Mesa.»

**António Flor Agostinho, PSD:** (03:50':09")

«Eu só venho aqui dizer o seguinte. Eu não sou jurista, mas na Mesa está um jurista e na Assembleia está outro jurista. Eu, já agora, gostava de ouvir a opinião do Pedro Tróia, como jurista, sobre este assunto. Já aqui ouvimos opinião do Pedro Martins. Agora gostava de ouvir o Pedro Tróia.»

**1.º Secretário da Mesa da Assembleia, Pedro Tróia:** (03:51:17")

«Normalmente os meus pareceres são sempre pagos, mas pronto, vou abrir uma exceção. Eu não vou votar favoravelmente este ponto, exatamente por causa deste considerando. Portanto, acho que seria uma irresponsabilidade da minha parte, tendo em conta este considerando, votar a favor disto. Porque o considerando é assim... considerando que e, depois, a seguir é que vem efetivamente o ponto, mas o ponto está dependente deste considerando. E, portanto, o ponto é a consequência deste ponto 7. E, por isso, eu vou votar contra este ponto. Só por esse motivo.»

**Margarida Alves, PSD:** (03:52:15")

«Eu não sou jurista, mas acompanho, naturalmente, a evolução da regulamentação laboral na área da função pública.

Existiu um programa extraordinário de regularização para os avançados, recibos verdes, que finalizou em 2017.

A Câmara Municipal, nem nenhum órgão autárquico, tem o poder legislativo de fazer um programa que possa ser associado a um PREVPAP. E por causa disto, naturalmente, que há muito ainda para regularizar. Mas isto foi regulamentado e finalizado em 2017.

Portanto, há, aqui, vários considerandos que podem levar a conclusões que possam pôr em causa a própria Câmara Municipal. Muito obrigada, era só isso.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:53:10")

«Vamos então avançar. Concluídas todas as intervenções, interpelações e tudo que acaba em "ões".

Coloco à votação o ponto 2 da Ordem do Dia, "Mapa de Pessoal 2023: 1.ª alteração".

Quem vota contra? Ora, 5 votos contra. Quem se abstém? 6.

A "1.ª alteração ao Mapa de Pessoal para 2023" foi aprovada por **maioria**, com 5 votos contra, 6 abstenções e 14 votos a favor.

Existe alguma declaração de voto? Muito bem, então façam chegar as declarações de voto durante a semana, está bem?»

**Ponto 3. "2ª Revisão ao Orçamento e GOP 2023".**

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:54:52")

«Ponto 3, "2.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2023". Senhor Presidente, por Favor.»

#### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (03:55:00")

«Muito obrigado, senhor Presidente. Obrigado à Assembleia por aceitarem esta posição de votarmos o ponto 3.

Portanto, o mapa resumo dá-nos informações daquilo que são os reforços que nós temos, nomeadamente aquilo que são os reforços a nível de FEDER, dos investimentos que já fomos buscar. Aquilo que é possível com venda de terrenos na Zona Industrial da Mota e, portanto, que têm que ser referenciados aqui. Depois temos algumas receitas também que têm decorrido daquilo que tem sido a informação que nos tem vindo a chegar e que também podem vir a aumentar.

Portanto, fizemos esses reforços necessários e distribuímos pela despesa. É tudo Senhor Presidente. Muito obrigado.»

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:55:46")

«Obrigado, senhor Presidente. Abro as inscrições para este ponto 3. Do 'Unir'? Do PS? Ora, temos o Luís Leitão. Do PSD? Não. Do CHEGA? Prescinde. Muito bem Luís Leitão, por favor.»

**Luís Leitão, PS:** (03:56:10")

«Umhas palavras muito rápidas. Dizer que que comecei esta reunião a reclamar da extensa ordem de trabalhos e parece que eu tinha alguma razão. Agora estamos aqui rapidamente a



tentar fazer aquilo que não conseguimos fazer dentro do horário para o qual definimos esta reunião.

Depois disso, dizer que nós abtemo-nos neste ponto, pelas razões com que nos temos abtido ao longo das últimas reuniões em que abordámos o mesmo assunto. Porque estamos aqui a viabilizar o pedido da Câmara, abtemo-nos neste ponto. Trata-se daquilo que é o vosso, digamos assim, o vosso orçamento e, portanto, é nesse sentido que nós nos abtemos para não inviabilizar este assunto. É só.»

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:57:06")

«Muito obrigado, Luís Leitão. Senhor Presidente por favor.»

#### **Da Câmara Municipal**

**Presidente do Executivo, João Campolargo:** (03:57:10")

«Não tenho nada a referir, senhor Presidente. Muito obrigado.»

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:57:14")

«Alguma inscrição para uma segunda ronda? Muito bem.

Concluídas todas as intervenções, coloca a votação ponto 3 da Ordem do Dia, "2.ª Revisão do Orçamento e GOP de 2023".

Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor?

Portanto, a "2.ª Revisão do Orçamento e Grandes Opções do Plano de 2023", foi aprovada por **maioria**, com 17 abstenções e 8 votos a favor. Existe alguma declaração de voto? Não? OK, muito bem.

#### **Conclusão**

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:58:32")

«Apenas um texto breve relativamente a um agradecimento que a Mesa pretende fazer.

A Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo agradece a forma como foi acolhida a sua intenção da realização da Sessão Extraordinária Evocativa do 25 de Abril, quer pela Comissão de Líderes, quer por todos os Grupos Municipais e pelo Executivo Municipal. Hoje, a esta distância, e depois recolhido feedback, foi sem dúvida uma prova mais do que superada, com agradecimento aos vários líderes dos Grupos Municipais, Câmara municipal e Agrupamentos de Escolas do nosso Município, estes últimos que vieram dar a perspetiva da nossa comunidade escolar.

A Sessão Extraordinária Evocativa do 25 de Abril realizada aumenta assim a fasquia para o que a Assembleia Municipal poderá vir a realizar no decorrer dos próximos meses e aquando do festejo do cinquentenário do 25 de Abril, contando a mesma, e desde já, com a colaboração de todos. Um muito obrigado.»

#### **Ata em Minuta**

#### **Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (03:59:25")

«Vamos ler a Ata em Minuta.»

**1.º Secretário da Mesa, Pedro Tróia:** (04:00:52")

«Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou a Ata à votação.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.»

Depois de lida e não se verificando quaisquer intervenções, a **Ata em Minuta**, submetida à votação, **foi aprovada por unanimidade**, cujo texto se anexa, sendo parte integrante da presente ata. (04:00:52")

**Da Assembleia Municipal**

**Presidente da Mesa, Paulo Pinto dos Santos:** (04:01':22")

«Obrigado, Pedro. Resta-me desejar uma boa noite a todos vós e a todos os que nos estão a seguir na nossa página do facebook. Boa noite. Bom fim de semana e bom feriado.»

De seguida o Presidente da Mesa deu por encerrada a reunião. Eram 01:01 do dia 1 de maio.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, e que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Miguel Pedro Araújo, técnico municipal, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

O Técnico Redator

Assinado por: **MIGUEL PEDRO DE NORONHA E  
ABREU ARAUJO DA SILVA**  
Num. de Identificação: 07260530  
Data: 2023.06.26 19:10:11+01'00'

*(Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos)*

*(Miguel Pedro Araújo)*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

Serve o presente documento como prova de registo de presenças na Sessão Ordinária de Abril, iniciada a 28 de abril de 2023, no Salão Nobre dos Paços do Município.

### Sessão Ordinária de Abril Reunião de 28ABR2023

Nome	Grupo	Falta	Presença
<b>ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO</b>			
<b>GRUPO MUNICIPAL PSD</b>			
Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos Santos			X
Sandra Carla Ribeiro de Saraiva Januário			X
António José Flor Agostinho			X
André Filipe Casqueira Guimarães			X
Irene Maria Ribau Esteves Tavares			X
Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves			X
Sara Marina Tomé Fernandes	substitui (365 dias)		X
Carlos António das Neves Rocha	JFGN		X
Augusto Manuel da Rocha da Silva	JFGE		X
Luis Carlos Cardoso Diamantino	JFGC		X
Hugo Filipe Casqueira Coelho	suspensão 365 dias		
<b>Pedro Labrincha da Rosa Novo</b>	<b>PERDA DE MANDATO</b>		
<b>GRUPO MUNICIPAL UPF</b>			
José Manuel Figueiredo Pinto Reis			X
Ana Raquel Gomes São Marcos Simões			X
Pedro Miguel Cristo Graça			X
Ernesto Manuel Vidal Garrelhas			X
Cláudia Cristina Fernandes Reigota			X
Daniela Ribeiro Alegria			
Mariana Silva Lopes	(substitui 365 dias)		X
João Eduardo Bonito Braga	JFSS		X
João Pedro Ribau Casqueira	suspensão 365 dias (28ABR2023)		
<b>GRUPO MUNICIPAL PS</b>			
Pedro José Catarino Senos Tróia			X
Luis Pedro Vilarinho Leitão de Figueiredo			X
António Pedro Oliveira Martins			X
Diana Catarina Anastácio Gandarinho			X
Domingos Manuel Ferreira Vilarinho			X
Modesto Manuel dos Santos			
<b>Sara Daniela Silva Pinho</b>	<b>RENÚNCIA DE MANDATO</b>		
<b>GRUPO MUNICIPAL CHEGA</b>			
Sérgio Louro			X

EXECUTIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ÍLHAVO			
João António Filipe Campolargo	Presidente		X
Assunção Mariana Carlos Ramos	Vereador	Justificado	
João Diogo da Silva Semedo	Vereadora		X
María de Fátima Fragoso Teles	Vereadora		X
Tiago Manuel Morais Lourenço	Vereador		X
Paulo Sérgio Ferreira Nunes	Vereador		X
Sérgio Manuel de Jesus Lopes	Vereador (365 dias)		X
SUBSTITUIÇÕES			
Gabriel de Almeida Fernandes substitui Modesto Manuel dos Santos			X
Rui Manuel da Rocha Rufino substitui Daniela Ribeiro Alegria			X

Renúncia de Mandato: Sara Daniela Silva Pinho (PS)

Perda de Mandato (15 abril 2023): Pedro Labrincha da Rosa Novo (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 25 novembro 2022): Hugo Filipe Casqueira Coelho (PSD)

Mandato suspenso (365 dias a partir de 28 abril 2023): João Pedro Ribau Casqueira (UPF)

Ílhavo, 28 de abril de 2023

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal



Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

Confirmadas as presenças que serão vertidas na respetiva Ata.

Núcleo de Apoio à Assembleia Municipal

Miguel Pedro Araújo





28.4.2023

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

### Voto de Louvor

Associação dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo

130.º aniversário (13 de abril de 2023)

Fundada a 13 de abril de 1893, por ato solene de Instalação da Instituição realizado na Câmara Municipal de Ílhavo, a Associação dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo é uma das mais antigas instituições do nosso tecido associativo, em atividade.

Ainda este mês celebraram, festivamente, o 130.º aniversário da sua fundação e, por tal facto, 130 anos de existência e de missão humanitária, cumprindo assim o desígnio, a vontade e o sonho de muitos cidadãos.

Desde os finais do século XIX, os Bombeiros Voluntários de Ílhavo têm sido uma referência exemplar na prestação de auxílio, socorro e proteção à população do nosso Município, numa inegável grandeza de bravura, altruísmo e abnegação.

Perante os desafios que enfrentam diariamente no cumprimento de cada chamamento, os Bombeiros Voluntários de Ílhavo demonstraram sempre uma enorme capacidade de resposta, prontidão, elevando o lema que, orgulhosamente, sustentam: "Vida por vida".

O exemplo de coragem, dedicação e espírito de missão, espelhados, por exemplo, na forma como enfrentaram a pandemia, para além de dignificar a nobre missão dos bombeiros voluntários, deve servir de inspiração para todos nós enquanto sociedade.

Assim, em nome da gratidão e do reconhecimento pelo trabalho desenvolvido, a Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo propõe um Voto de Louvor à Associação dos Bombeiros Voluntários de Ílhavo, neste seu 130.º aniversário, pela dedicação humanitária, pelo serviço público e comunitário, e pela longevidade enquanto Instituição.

Ílhavo, 28 de abril de 2023

A Mesa da Assembleia Municipal de Ílhavo

## VOTO DE PESAR

No passado dia 21 de fevereiro de 2023 faleceu José António Paradela, destacando-se pela sua intervenção cultural e urbanística até ao seu falecimento, com 86 anos, sendo conhecido nos meios literários sob o pseudónimo de Ábio de Lápara.

Nascido em Ílhavo, foi serralheiro civil e experimentou as agruras da Faina Maior, ao embarcar como moço no navio de pesca do bacalhau designado por Lousado, até aos dezoito anos.

Foi, depois, Bolseiro da Fundação Gulbenkian, tendo-se licenciado em Arquitetura pela Faculdade de Belas Artes de Lisboa no ano letivo de 1960-1961, e posteriormente escreveu diversas obras literárias e partilhou várias tertúlias literárias.

No âmbito da sua atividade profissional destacou-se pela elaboração do Plano de Ordenamento Territorial da Região Autónoma da Madeira (POTRAM), bem como, deixou nesta região autónoma um legado de inúmeras obras arquitetónicas da sua autoria, como o Hotel Tour Wiews.

Em Ílhavo, a sua obra pode ser apreciada no traço do edifício dos Paços do Concelho, no anterior Quartel dos Bombeiros de Ílhavo, no Centro de Saúde de Ílhavo, no Centro Cultural da Gafanha da Nazaré e mais recentemente na remodelação e modernização do Jardim Henriqueta Maia.

Além da Arquitetura dedicou-se também à escrita, através do pseudónimo literário de Ábio Lápara, tendo assinado várias obras, designadamente: "A rua suspensa dos olhos", "Uma Ilha no Nome: Pequena Crónica dos Dias Líquidos", "Rua Suspensa dos Olhos" e O livro das santinhas de apegar: textos poéticos.

Recentemente a Câmara Municipal de Ílhavo, atribuiu-lhe a Medalha do Município, no grau Vermeil, a título póstumo, enaltecendo, assim, a dedicação e os relevantes serviços prestados à comunidade no âmbito cultural e urbanístico, dignificando o Município de Ílhavo através da sua atividade.

Podemos hoje afirmar que o Arquiteto José António Paradela se conta entre os nossos melhores.

Nestes termos propõe-se a esta Assembleia:

- Que aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Arquiteto José António Paradela;
- Que apresente à sua família, as mais sentidas condolências.

Ílhavo, 28 de abril de 2023

## Voto de Pesar

Faleceu no dia 4/03/2023, o comerciante ilhavense **João Marques Marquinhos** tendo nascido a 25 de novembro de 1933, em Aveiro, veio morar para a Gafanha da Encarnação com menos de dois anos de idade onde foi batizado e mais tarde casou.

Filho de pai murtoseiro e de mãe aveirense passou a sua infância na zona da Bruxa, na Gafanha da Encarnação, vindo a concluir a 4ª classe em Ílhavo com distinção e, com apenas 11 anos de idade começou a trabalhar vendendo bilhetes para a travessia da ria entre a Bruxa e a Costa Nova, tarefa que executou durante cerca de quatro anos.

Na busca por novos desafios e melhoria de vida empregou-se em Aveiro no estabelecimento de tecidos e roupas “Os Sérgios” que na altura era um dos mais conceituados e conhecido estabelecimento de roupas do Distrito.

Infelizmente em cinco de junho de 1950, teve um grave acidente de motorizada numas obras em desenvolvimento no trajeto para o Santuário da Nossa Senhora de Vagos, de cuja ocorrência resultou a obrigatoriedade da utilização de canadianas a partir dessa data, bem como, viu-se impelido a iniciar a sua aprendizagem na profissão de alfaiate na companhia de um tio, tendo mais tarde sido aprendiz do alfaiate Manuel Fidalgo Vilarinho e diplomado por uma escola de alfaiataria de Lisboa.

De regresso à sua Gafanha da Encarnação abriu um estabelecimento de alfaiataria, comércio de roupa e calçado, tendo ao longo do exercício desta atividade empregado diversas pessoas, manifestando sempre grande disponibilidade para ajudar os seus conterrâneos, tornando-se uma personalidade incontornável e muito admirada, designadamente por estar sempre disponível para ajudar o próximo na realização de comunicações telefónicas, pois foi dos primeiros munícipes a ter telefone na freguesia,

Sempre disponível para defender e promover a sua terra adotiva - a Gafanha da Encarnação - foi sócio e fez parte dos órgãos dirigentes do NEGE - Novo Estrela da Gafanha da Encarnação, durante alguns mandatos, tendo inclusivamente sido seu Presidente.

Foi igualmente membro do executivo da Junta de Freguesia da Gafanha da Encarnação durante dois mandatos e um mandato como membro da Assembleia de Freguesia, sempre pugnando por prestigiar o Poder Local democrático, e sendo merecedor do reconhecimento dos seus concidadãos pela sua participação ativa na defesa do crescimento e desenvolvimento da sua Freguesia.

O “Ti João Marquinhos”, como carinhosamente toda a gente o conhecia, era uma pessoa de trato fácil, de um coração enorme e sempre com vontade de ajudar o próximo, sintomático do seu percurso de vida, permanentemente caracterizado por um elevado sentido cívico.

Pelo seu percurso profissional enquanto alfaiate e comerciante, contribuindo para o desenvolvimento da “sua” Freguesia, e pelo seu exemplo de vida na ajuda prestada à comunidade local através das Associações que apoiou, bem como pela sua atividade enquanto autarca da freguesia, propõe-se a esta Assembleia:

- Que aprove um Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. João Marques Marquinhos;
- Que apresente à sua família, as mais sentidas condolências.

Ílhavo, 28 de abril de 2023

Partido Social Democrata (PSD)





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO

ACTA EM MINUTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE ABRIL  
(reunião de 28 de abril de 2023)

*Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e três, reuniu a Assembleia Municipal, no Salão Nobre dos Paços do Município, em Ilhavo, em Sessão Ordinária, para apreciação e votação dos seguintes pontos:*

Aprovação das Atas n.º 14 e n.º 15, referentes às duas reuniões da Sessão Ordinária de Fevereiro de 2023. As Atas foram aprovadas por **Unanimidade**.

Comunicação ao Plenário e Apreciação da perda de mandato do eleito Pedro Labrincha da Rosa Novo (Grupo Municipal do Partido Social Democrata) por ultrapassar o limite máximo de 365 dias para suspensão de mandato. De acordo com os números 3 e 4 do artigo 76.º da Lei 5-A/2002, de 11 de janeiro, conferida a legitimidade, foi nomeada eleita efetiva, inserida no Grupo Municipal do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Ilhavo, Teresa Margarida da Costa Ferraz Alves, primeira sucedânea da lista de candidatos pelo PSD às eleições autárquicas de 26 de setembro de 2021.

Voto de Pesar pelo falecimento de João Marques Marquinhos, ex-autarca da freguesia da Gafanha da Encarnação, entre outros, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. Aprovado por **Unanimidade**.

Voto de Pesar pelo falecimento do arquiteto José António Paradela, apresentado pelo Grupo Municipal do PSD. Aprovado por **Unanimidade**.

Voto de Louvor, por mérito associativo e humanitário, à Associação Bombeiros Voluntários de Ilhavo, apresentado pela Mesa da Assembleia Municipal. Aprovado por **Unanimidade**.

**Ponto 1. "Descentralização: Auto de transferência de competências na área da Saúde".** Deliberado **tomar conhecimento**.

**Ponto 2. "Mapa de Pessoal 2023: 1.ª alteração".** Aprovado, por **Maioria**, com 14 votos a favor (8 UPF; 1 PSD; 5 PS), 6 abstenções (6 PSD) e 5 votos contra (3 PSD; 1 PS; 1 CHEGA).

**Ponto 3. "2.ª Revisão ao Orçamento e GOP 2023".** Aprovado, por **Maioria**, com 8 votos a favor (8 UPF); 17 abstenções (10 PSD; 6 PS; 1 CHEGA) e 0 votos contra.

*Cumprido o horário previsto no regimento, a Sessão tem continuidade no dia 5 de maio, conforme previamente indicado na Convocatória.*

*Feita a leitura, o Presidente da Mesa colocou à deliberação da Assembleia a aprovação em minuta da ata da reunião de 28 de abril de 2023, respeitante à Sessão Ordinária de Abril, sendo a mesma aprovada por: **UNANIMIDADE**.*

O Presidente da Assembleia Municipal

Paulo Alexandre de Aguiar Pinto Matos dos Santos

O redator

Miguel Pedro Araújo



# ANEXOS ATA 17/2021-2025

## Assembleia Municipal

Av. 25 de Abril,  
3830-044 Ílhavo

[ami@cm-ilhavo.pt](mailto:ami@cm-ilhavo.pt)  
[www.cm-ilhavo.pt](http://www.cm-ilhavo.pt)  
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

## DECLARAÇÕES DE VOTO PONTO 2

## Declaração de Voto

Declaração de voto do membro André Filipe Casqueira Guimarães no âmbito da discussão e aprovação do ponto 2 - “1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2023” de 28 de abril de 2023

Na qualidade de membro de pleno direito da Assembleia Municipal de Ílhavo, pertencente ao grupo do Partido Social Democrata, entrego por esta via a presente declaração de voto, no sentido de esclarecer e complementar a posição manifestada no âmbito da discussão e aprovação do ponto 2 - “**1ª Alteração ao Mapa de Pessoal 2023**”, expressada por voto a favor em sede própria.

O que noutras circunstâncias se poderia revelar um processo de aprovação regular da minha parte, não o foi na sessão de 28 de abril de 2023, altura em que se discutiu a 1ª Alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 da Câmara Municipal de Ílhavo. Considero que alterações deste tipo são normais e, na maioria dos casos, justificadas, se, na sua base, estiver o objetivo de fazer mais e melhor pelo interesse público local e, para isso, sentir a Câmara Municipal de Ílhavo a necessidade em se munir dos recursos humanos imprescindíveis que, objeto de avaliação em concurso público, demonstram ser os melhores para o desempenho das funções.

Uma alteração ao Mapa de Pessoal é, adicionalmente e em toda a linha, melhor do que a assinatura de contratos de prestação de serviços. Já em sessão anterior, conforme ata aprovada nesta mesma sessão, pude manifestar a minha preocupação com uma orientação desta Câmara Municipal para fazer um recurso que diria *excessivo* dos contratos de prestação de serviços (as vulgarmente chamadas “avenças”) para suprir necessidades de trabalho evidentes no Município. Para além de estarem em causa os direitos laborais das pessoas que são objeto destes contratos, coloca-se em risco o interesse público, na medida em que a ausência de um Contrato de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado, não dá garantias nem solidez a um compromisso de preservação da informação da instituição e para com um vínculo com o serviço público que é, em toda a linha, diferente da prestação de serviços privados. Deste modo, se é objetivo da Câmara Municipal de Ílhavo proceder a uma alteração ao Mapa de Pessoal para viabilizar a abertura de procedimentos concursais que dêem lugar à assinatura de Contratos de Trabalho em Funções Públicas por tempo indeterminado para a prossecução do interesse público, tenho por princípio de concordar com tal opção.

A minha concordância com a presente alteração ao Mapa de Pessoal foi também sensível à imperiosidade temporal da estrutura técnica da Câmara encontrar rapidamente os recursos que

necessita para garantir a prestação do serviço público. Estamos todos atentos aos desafios impostos pela descentralização de competências para as autarquias, pelos programas de financiamento tais como PRR e Portugal 2030 e pela crise económica e social que afeta tantas famílias do Município. Seria injusto dificultar e bloquear um processo administrativo que resultasse na inviabilização da integração de novos recursos humanos na Câmara Municipal de Ílhavo, que venham ajudar os já existentes os quais, com um nível de dedicação meritório e excecional à causa pública, encontram forças onde muitos de nós não as veriam para continuar a desempenhar o seu trabalho ao nível da excelência.

Não haveria dúvidas sobre a minha intenção de aprovar esta alteração, não fosse o conteúdo da proposta de deliberação, assinada pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo, João Campolargo, a qual provocou em mim sérias reservas sobre a orientação de voto. Em causa está particularmente o ponto 7 onde pode ler-se o seguinte:

*“(Considerando que se) encontra salvaguardado o impacto orçamental com esta alteração pese embora na maioria dos casos venha a corresponder à alteração da tipologia de contrato que de contrato de avença ou tarefa se assumem como contratos por tempo indeterminado que julgamos ser a tipologia mais correta depois do mérito do trabalho desenvolvido e da função ter ganho a maturação necessária para um novo tipo de contrato (...)”.*

Enquanto cidadão português e militante ativo do Partido Social Democrata não posso concordar com esta formulação, atento ao elevado valor que atribuo aos critérios de imparcialidade, isenção, rigor e transparência. A formulação que, de entre outras, justifica a alteração ao Mapa de Pessoal de 2023, pode ser interpretada como a reafetação de contratos de avença para contratos de trabalho em funções públicas, com que, em abstração, poderia concordar. No entanto, a sequência que assume que tal se justifica pelo “mérito do trabalho desenvolvido” dá a entender que o contrato de trabalho em funções públicas será atribuído aos futuros “ex-prestadores de serviços em avença”, como se de uma compensação se tratasse pelo mérito reconhecido.

Relembro que de acordo com Lei n.º 35/2014, de 20 de Junho que regula o Trabalho em Funções Públicas, o recrutamento é feito por procedimento concursal (Artigo 33º) e, nesse sentido, obrigado a corresponder a critérios de demonstração de mérito, imparcialidade, justiça e transparência. Não pode assim o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Ílhavo vincular quem quer a uma organização pública (mesmo à que preside) mas sim quem demonstra ser o melhor para o trabalho.

Partir do pressuposto que os atuais prestadores de serviço em avença vão ser integrados no quadro da Câmara Municipal de Ílhavo, viciando a Lei e os princípios de interesse público, com a aprovação dos membros da Assembleia Municipal de Ílhavo é grave e inadmissível. Nada impede que o façam, sujeitando-se a um processo de seleção em regime de concorrência livre e aberta. É um direito que lhes assiste. No entanto, concordar que aos restantes deve ser fechada a possibilidade de concorrer, pois já se identificaram os candidatos predilectos antes do processo de seleção ter início, é algo diferente.

Poderá alegar-se que o ponto 7 da proposta de deliberação pode ter outras interpretações que não esta (a que, das que me ocorrem, é a mais sinistra). Isso é possível, como também o é que muitos candidatos que sejam excluídos possam ter a interpretação que eu tenho e, nessa base, inviabilizar judicialmente decisões de exclusão tomadas, com ou sem base substantiva.

Dito isto, considero que a responsabilidade a uma instituição recai - à Câmara Municipal de Ílhavo - em particular ao seu atual Presidente, o qual se negou na presente sessão a proceder à alteração da proposta de deliberação, após pedido e sugestão de vários membros desta Assembleia, nomeadamente eu mesmo. Seria, além disso, injusto para a Câmara Municipal de Ílhavo (enquanto entidade de prossecução do interesse público) e para os corpos técnicos que a constituem reprovar esta alteração, atento ao esforço técnico e funcional necessário para que esta Câmara viva ao nível que o seu território e as suas gentes o exigem.

Que não seja por mim que o Sr. Presidente João Campolargo diga que não faz mais porque há forças de bloqueio político. Não serei eu, certamente, uma força de bloqueio. Mas serei certamente um agente de defesa do interesse público e de representação da população, incorporando a responsabilidade que isso me exige e exigindo aos outros a responsabilidade no mesmo grau.

Na expectativa de que a Câmara Municipal de Ílhavo encontre no conteúdo deste Mapa de Pessoal alterado os recursos que necessita para prosseguir a sua missão, ainda que veementemente contra o preâmbulo que justifica tal alteração, em particular, no seu ponto 7, decido eu, André Filipe Casqueira Guimarães, votar a favor desta alteração.

28 de abril de 2023,

André Guimarães



## DECLARAÇÃO DE VOTO

### Ponto 2. “Mapa de Pessoal 2023. 1ª Alteração”

Votamos favoravelmente a 1ª alteração ao Mapa de Pessoal de 2023 por concordarmos com os motivos subjacentes aos considerandos prévios expostos na proposta submetida à Assembleia Municipal, com excepção do considerando 7, cuja redacção não nos parece de todo feliz, porquanto se é certo que o que se pretende neste último considerando é apenas e tão só justificar a salvaguarda do impacto orçamental com esta alteração, no sentido em que a despesa actualmente suportada com contratos de avença ou tarefa será substituída pela despesa futura com contratos por tempo indeterminado, daí não resultando aumento de despesa, algumas expressões lá utilizadas são susceptíveis de, numa primeira leitura, inculcarem a ideia de que se pretende regularizar a situação de prestadores de serviços avençados actualmente em funções no Município, integrando-os no quadro, o que manifestamente não seria aceitável, além de ilegal, e que sempre mereceria a nossa frontal oposição.

Assim, interpretamos o considerando 7 com o único e plausível sentido, qual seja, o de assegurar que esta alteração ao Mapa de Pessoal não tem significativo impacto orçamental, aliás, condição essencial para que a mesma possa ser implementada, atenta a necessidade de cumprimento das regras orçamentais.

Ílhavo, 28 de Abril de 2023

**Os membros da Assembleia Municipal eleitos pelo Partido Socialista, que votaram favoravelmente este ponto 2.**



## Declaração de Voto

Os signatários da presente declaração de voto, declaram não estar contra a atualização do quadro de pessoal proposta pelo executivo, no entanto, não podem aceitar a redação do teor do texto incorporado no ponto 7 dos considerandos da proposta, que sustentam a referida atualização do quadro de pessoal, porquanto a menção de que “ (...) 7 - Se encontra salvaguardado o impacto orçamental com esta alteração pese embora na maioria dos casos venha a corresponder à alteração da tipologia de contrato que de contrato de avença ou tarefa se assumem como contratos por tempo indeterminado que julgamos ser a tipologia mais correta depois do mérito do trabalho desenvolvido e da função ter ganho a maturação necessária para um novo tipo de contrato, o que se traduz que não haverá um impacto orçamental e financeiro tão significativo (...).

Efetivamente, a inclusão das partes do texto, por nós sublinhadas, poderão subentender que os prestadores de serviços e avençados que atualmente estão a desempenhar funções com caráter de precaridade, sendo-lhes reconhecido mérito do seu trabalho desenvolvido, poderão no futuro, vir a exercer as mesmas funções, agora em regime de contrato por tempo indeterminado, ainda que através de um concurso público, que mediante a pertinente e adequada definição de critérios legitimará aquele novo regime de contratação.

Assim, por “*nos parecer podermos estar perante concursos feitos à medida*”, com os quais legalmente não devemos pactuar, alertamos, desta forma formal, para eventuais irregularidades que possam vir a ocorrer, optando pela nossa abstenção na presente votação, reafirmando, assim, a nossa total discordância com tais procedimentos.

Ílhavo, 28 de abril de 2023

Os Signatários,



The image shows several handwritten signatures in blue ink. One signature is clearly legible as 'Sara Pereira'. Other signatures are more stylized and difficult to read, but some appear to include names like 'José' and 'Ferreira'.



# **ANEXOS ATA 17/2021-2025**

**Assembleia  
Municipal**

Av. 25 de Abril,  
3830-044 Ílhavo

ami@cm-ilhavo.pt  
www.cm-ilhavo.pt  
+(351) 234 329 627

NIPC: 506 920 887

## **PAOD INTERVENÇÃO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO CHEGA**

























































































